

**FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISAS EM
CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS – FUCAPE.**

MARIA APARECIDA JAVARINI

**O PROCESSO DE APRENDIZAGEM SOCIAL PARA O TURISMO
SUSTENTÁVEL REGIONAL**

**VITÓRIA
2017**

MARIA APARECIDA JAVARINI

**O PROCESSO DE APRENDIZAGEM SOCIAL PARA O TURISMO
SUSTENTÁVEL REGIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração - Governança Público-Privada e Estratégia.

Orientadora: Profa. Dr^a. Marcia Juliana D'Angelo

VITÓRIA

2017

MARIA APARECIDA JAVARINI

**O PROCESSO DE APRENDIZAGEM SOCIAL PARA O TURISMO
SUSTENTÁVEL REGIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração de Empresas.

Aprovada em 18 de abril de 2017.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Dra. Márcia Juliana d'Angelo.

Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em
Contabilidade, Economia e Finanças (Fucape).
(Orientadora)

Profa. Dra. Arilda Magna Campagnaro Teixeira

Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em
Contabilidade, Economia e Finanças (Fucape).

Prof. Dr. Sérgio Augusto Pereira Bastos

Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em
Contabilidade, Economia e Finanças (Fucape)

Dedico este trabalho a um
“cogitabundo Javali”.

Ao tempo que passou.

Ao ano de 2017.

Ao não desistir.

Ao acreditar.

Ao SIM.

AGRADECIMENTO

À vida.

Ao meu pai Jair (que me observa das estrelas) e à minha mãe Maria por todo o esforço.

Ao meu filho Fabrício, minha grande e verdadeira obra, pelo amor incondicional renunciando à minha presença em vários momentos e por não sucumbir ao meu estresse e falta de tempo.

A minha família (meu irmão, cunhada e sobrinhas), pelo amor de sempre.

À professora Márcia D'Angelo pela sensível, competente e dedicada orientação.

Aos colegas da Universidade Vila Velha que me acompanharam em uma odisséia.

Aos entrevistados do CONTURES pela disposição em contribuir para com a pesquisa.

A um passado nem tão distante (**Teu**).

*“Já está amanhecendo... deem-me café, papel
e pena... eu vou escrever”.* Olavo Bilac

RESUMO

Este estudo analisa como se processa a aprendizagem social para o turismo sustentável regional. O universo desta pesquisa qualitativa interpretativa é o Conselho Estadual de Turismo do Espírito Santo (CONTURES) que se configura como um órgão colegiado de caráter consultivo, em nível de direção superior e integrante da estrutura organizacional da SETUR - Secretaria Estadual de Turismo do ES. Os atores entrevistados neste trabalho integram instituições que compõem a cadeia produtiva do turismo, de composição tripartite. A análise dos dados se estruturou por meio de categorias posteriormente agrupadas em metacategorias, de acordo com as interrelações entre as mesmas, ainda as evidências demonstram uma mudança na compreensão dos indivíduos envolvidos no nível mais superficial e não aprofundado. Desta forma, este estudo contribui para a discussão do turismo sustentável por meio da Teoria de Aprendizagem Social para a Sustentabilidade (ASpS), trazendo novas insights para essa área do conhecimento em um país em desenvolvimento.

Palavras-chave: Aprendizagem social. Turismo sustentável. Sustentabilidade. Turismo regional. Contures.

ABSTRACT

This study analyzes how social learning is processed for sustainable regional tourism. The universe of this qualitative interpretative research is the Espírito Santo State Tourism Council (CONTURES), which is configured as a collegiate body of an advisory nature, at a higher management level and part of the SETUR - State Department of Tourism of the ES. The actors interviewed in this study integrate institutions that make up the tripartite composition of the tourism production chain. Data analysis was structured through categories later grouped into metacategories according to the interrelationships between them, and the evidence shows a change in individuals understanding still involved at the most superficial and undeveloped level. In this way, this study contributes to the discussion of sustainable tourism through the Social Learning Theory for Sustainability (ASpS), bringing new insights to this area of knowledge in a developing country.

Key-words: Social learning. Sustainability. Sustainable tourism. Regional tourism
Contures

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1 A SUSTENTABILIDADE NO CONTEXTO DO TURISMO	14
2.1.1 A dimensão ambiental da sustentabilidade turística.....	14
2.1.2 A Dimensão sociocultural da sustentabilidade turística.....	16
2.2 A IMPORTANCIA DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM SOCIAL PARA A DINÂMICA DOS CONSELHOS DE TURISMO	18
2.3 RELACÕES ENTRE A APRENDIZAGEM SOCIAL PARA A SUSTENTABILIDADE E O CONTURES	19
3 METODOLOGIA	23
3.1 NATUREZA, TIPO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA METODOLÓGICA	23
3.2 OBJETO DE PESQUISA	23
3.3 ANÁLISES DOS DADOS	25
4. ANÁLISE DOS DADOS	27
4.1 METACATEGORIAS ANALISADAS	27
4.1.1. Reconhecimento de interdependência dos atores sociais na cadeia de valor orientada ao turismo sustentável	27
4.1.2. Desenvolvimento de práticas relacionais.....	32
4.1.3 Percepção compartilhada das questões críticas para o desenvolvimento do turismo sustentável	36
4.1.4 Mudanças aplicadas nas unidades sociais	40
4.1.5 Desenvolvimento de novas habilidades e conhecimentos	43
4.1.6 Reflexão crítica quanto aos objetivos e interesses comuns	45
5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	47
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52
APÊNDICE A – Questionário aplicado aos conselheiros	59
ANEXO A – Conselho estadual de Turismo - CONTURES.....	62
ANEXO B – DECRETO Nº 2026 – S de 22 de outubro de 2003.....	65

Capítulo 1

1 INTRODUÇÃO

O olhar para o desenvolvimento da atividade turística se faz importante, pois é potencial de novos empregos e renda (SHARPLEY, 2000) e um dos caminhos para promover o desenvolvimento regional simétrico (GABDRAKHMANOV et al., 2016). Nos anos 1980, emergiu o paradigma do desenvolvimento do turismo sustentável (HUNTER, 2009; HALL, 2011; BUDEANU et al., 2016), que busca preservar as bases da sustentabilidade sob os pilares da abordagem socialmente justa, ecologicamente correta e economicamente viável. De acordo com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2007, p. 1), esse paradigma):

Atende as necessidades dos turistas presentes e dos destinos de acolhimento enquanto protege e valoriza as oportunidades para o futuro. Por isso, a gestão dos recursos por meio de satisfação das necessidades económicas, sociais e estéticas, enquanto se mantém a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, diversidade biológica e sistemas de apoio à vida.

Contudo, esse paradigma é passível de críticas. É considerado provinciano, centralizado no turismo e falho (HUNTER, 2009); irregular, incoerente com falsas suposições e argumentos (LIU, 2010); problemas com a sua operacionalização (MIHALIC, 2016; LIU, 2010; HUNTER, 2009; SHARPLEY, 2000), em particular, com a adaptação às alterações e políticas climáticas (SCOTT; BECKEN, 2010) e à governança, considerada um elemento chave para a implementação desse paradigma (BRAMWELL; LANE, 2011).

Apesar desses julgamentos, a sustentabilidade é uma questão central e crítica para o futuro do turismo (BUDEANU, 2016). Mudanças transformativas em sistemas de negócios como o turismo dependem de vários atores sociais, mesmo

enfrentando algumas dificuldades. Por exemplo, em comunidades locais, alguns sujeitos ativos da atividade turística têm enfrentado diálogos difíceis com as autoridades e entidades de governança ao discutirem a proposta de valor de um turismo mais sustentável (BUDEANU, 2016). Apesar disso, as interdependências relacionais no turismo são importantes, pois permitem que os atores sejam mais fortes, sólidos em sua atuação com um todo em rede, evitando-se a atuação isolada que impede processos mais sinérgicos na tomada de decisão (BENI, 2012). Em particular, no Brasil, o Ministério do Turismo, órgão federal responsável pela gestão da atividade turística, criou diretrizes, por meio do Plano Nacional de Turismo (2013-2016), que são operacionalizadas pelo governo, a iniciativa privada e o terceiro setor. São os atores responsáveis pelas parcerias que resultarão em colegiados participativos, caracterizados por instâncias de gestão locais e regionais, como: fóruns, comitês associações, cooperativas, agências de desenvolvimento, fundações e os conselhos de turismo (BRASIL, 2013).

Neste contexto, é apropriado trazer para a discussão, a teoria da Aprendizagem Social para a Sustentabilidade (ASpS), que se fortalece nas práticas socioambientais de caráter colaborativo. Uma nova cultura de diálogo e participação se faz necessária para que espaços mais complexos e sistêmicos sejam explorados, transformando práticas e atitudes em um comportamento sustentável. Essa teoria parte das questões intrínsecas advindas dos questionamentos acerca das mazelas socioambientais contemporâneas e permite uma abordagem balizada pelas interações sociais (REED et al., 2010). Reforça o comportamento social mais coletivo do que individual, pautado na cooperação, na colaboração e no comprometimento da sociedade como um todo, considerando ainda que as diversas percepções devem ser harmonizadas em um conjunto de interesses compartilhados

e alinhados, não equacionando os problemas no presente, mas criando uma visão de futuro que respeite as condições de sustentabilidade para as próximas gerações (BROTO; DEWBERRY, 2016; RODELA 2014; WALSH; RODELA, 2014; PAHLWOSTL, 2002).

Portanto, uma análise crítica do processo de aprendizagem social para o turismo sustentável, valorando as práticas dos diversos atores, além da compreensão de seus espaços sociais de interação, e as mudanças no nível individual e de unidades sociais (REED et al., 2010; KOUTSOURIS, 2009) pode ser relevante para abarcar novas abordagens teóricas (BRAMWELL, 2015). Também há necessidade de mais estudos sobre aprendizagem social para sustentabilidade com foco na dimensão social (SOL; BEERS; WALSH, 2013) e de mais pesquisas em diferentes sistemas socioecológicos, de forma a entender como as interdependências relacionais facilitam esse processo (REED et al., 2010). Por exemplo, os Conselhos Estaduais de Turismo que devem estar integrados à atividade turística e participar da formulação e implementação de políticas aperfeiçoadoras para esse segmento. Por último, há necessidade de estudos em desenvolvimento do turismo sustentável em países em desenvolvimento, em particular, na África, e América do Sul e Central (LU; NEPAL, 2009).

Assim, este estudo se propõe a investigar o seguinte problema de pesquisa: Como acontece o processo de aprendizagem social para o desenvolvimento do turismo sustentável no estado do Espírito Santo? Para tanto, são analisadas as interações e as práticas relacionais sociais no âmbito do Conselho Estadual de Turismo do Espírito Santo (CONTURES), que atua como catalisador das questões críticas relativas ao turismo sustentável entre as dez regiões turísticas desse estado.

O CONTURES é um órgão colegiado de caráter consultivo, criado pelo Decreto nº 2026-S, de 22 de outubro de 2003, em nível de direção superior, integrante da estrutura organizacional da Secretaria Estadual de Turismo do estado do Espírito Santo. É constituído por 40 membros representantes da sociedade civil, da cadeia produtiva do turismo, do Ministério do Turismo, da Assembleia Legislativa e da administração pública municipal.

A ampliação de novos espaços de participação tem se consolidado na forma de Conselhos de Políticas Públicas, Orçamentos Participativos, Planos Diretores, Planos Plurianuais, Comitês Participativos, Comissões e Ouvidorias. Conforme Faria e Ribeiro, 2010, esses novos espaços participativos já fazem parte do contexto político brasileiro e vêm se manifestando como um grande desafio, estimulando novos olhares e pensares sobre a participação ativa dos cidadãos. As instâncias participativas impactam diretamente a gestão do turismo local e precisam da motivação para um processo sinérgico de colaboração e interação dos diversos atores conectados à atividade turística, com um único objetivo de promover o desenvolvimento equilibrado e sustentável das regiões.

Capítulo 2

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A SUSTENTABILIDADE NO CONTEXTO DO TURISMO

2.1.1 A dimensão ambiental da sustentabilidade turística

Há que se fazer um resgate conceitual da dimensão ambiental da sustentabilidade e a sua interface com a atividade turística, que por sua vez, possui múltiplas relações com o meio ambiente. Como referência básica para se discutir este conceito, será utilizado o Programa de Turismo e Meio Ambiente das Nações Unidas, que possui conteúdo adequado e pertinente capaz de refletir com propriedade a complexidade da interface do turismo com o meio ambiente. A sustentabilidade é um paradigma e necessita de consistência conceitual com aderência ao escopo para melhor aplicabilidade de seus princípios. Conforme (PIRES, 2012, p. 181) “o caráter universal e a ascendência desse programa em todo o mundo levam a considerá-lo como fonte de consulta regular para o processo de ensino e difusão do conhecimento sustentável para o turismo”.

Para a (UNEP, 2010), a dimensão ambiental da sustentabilidade do turismo é analisada de acordo com três importantes aspectos:

- Os impactos ambientais do turismo;
- A contribuição do turismo para a sustentabilidade ambiental;
- Os impactos ambientais no turismo;

Para (BENI, 2012, p. 182), o princípio da sustentabilidade articula-se na concepção do próprio desenvolvimento em si:

Modificação da biosfera e aplicação dos recursos humanos, financeiros, vivos ou inanimados, visando à satisfação das necessidades humanas e a melhoria da qualidade de vida do homem e de conservação a gestão da utilização da biosfera pelo ser humano, de maneira a produzir o maior benefício sustentado para as gerações atuais, mas que mantenha a sua potencialidade para satisfazer as necessidades e as aspirações das gerações futuras.

Rebollo e Baidal (2003) reforçam que o desenvolvimento turístico sustentável é uma ação de mudança qualitativa constante, produto da vontade política que, com a participação imprescindível da população local, adapta o marco institucional e legal, assim como os instrumentos de planejamento e gestão, a um desenvolvimento turístico baseado no equilíbrio entre a preservação do patrimônio natural e cultural, a viabilidade econômica do turismo e a igualdade social neste desenvolvimento. Ou seja, os princípios da sustentabilidade são condições primordiais de qualquer destino ou produto turístico, esteja ele em qualquer estágio de desenvolvimento e não deve restringir-se única e exclusivamente aos produtos com características essencialmente ecológicos, como o Ecoturismo ou o Turismo Rural.

A literatura de maneira macro ilustra alguns outros enfoques para as dimensões da sustentabilidade: Sachs (1994) reforça a vertente social, ambiental, econômica, geográfica e cultural; Darolt (2000) direcionou seus estudos para a sociocultural, técnico-agronômica, econômica, ecológica e político institucional; Costabeber (1989) registra os aspectos econômicos, sociológicos, ecológicos, geográficos e tecnológicos; Carvalho (1999), as dimensões econômica, social, ambiental, política, cultural e institucional; Carmano e Muller (1993) multidimensional: justiça social, viabilidade econômica, sustentabilidade ambiental, democracia, solidariedade e ética. Considerando o escopo do turismo, o

desenvolvimento deve obedecer aos critérios de sustentabilidade que envolvem princípios complexos e dificultam o planejamento e a gestão. Para que estes critérios sejam utilizados, são necessários conhecimentos relacionados ao meio ambiente, grupos sociais, preservação cultural e ética nos sujeitos dos setores pública e privada.

Molina (2000) ressalta que a atividade turística se baliza pela exploração dos atrativos naturais e destaca as expectativas relacionadas ao descanso, recuperação e reencontro do homem com a natureza, mas por vezes a imagem que se quer sustentar pode ser contraditória, visto que a qualidade da oferta de atrativos naturais nem sempre tem relação com os benefícios que se supõe que o turista será agraciado, pois praias, rios, lagos, florestas e cidades sofrem um processo de sistêmico empobrecimento de sua qualidade, que poderá futuramente até impactar negativamente o seu uso turístico, como se vê aqui mesmo no Espírito Santo quando se analisa o Balneário de Regência, no município de Linhares, e os impactos ambientais e sociais causados recentemente por uma empresa mineradora.

2.1.2 A Dimensão sociocultural da sustentabilidade turística

A dimensão social das políticas públicas de turismo, bem como as políticas sociais, devem ser alicerces de cidadania por serem equalizadoras de oportunidades no sentido de empoderar desiguais para que tenham chances emancipatórias.

Ao melhorar a oferta dos produtos turísticos de uma cidade, são ampliadas as oportunidades de expressão da cidadania, por incrementar as condições de qualidade de vida da comunidade receptora, criando um ambiente favorecedor para a tomada de decisões quanto à localização de novos investimentos. Isso exigirá dos governantes a qualificação urbana dos espaços públicos (praças, parques, áreas verdes, orlas) uma adequada interpretação das necessidades sentidas pela comunidade em seus espaços de lazer, a manutenção qualificada das ruas (iluminação, asfaltamento, limpeza, sinalização), bem como os serviços de saúde, comunicação,

segurança, transporte público e da imagem propositiva da cidade em geral. (MOESCH, 2012. p.52)

Moesch (2012) pondera também que se forem os atores sociais locais os protagonistas de um processo de planejamento de políticas de desenvolvimento para seu território, pelo turismo, devem ser imbuídos de autonomia para que possam atuar de forma articulada e proativa. Para Cooper (2001, p. 21): “O impacto sociocultural do turismo é manifestado através de muitos aspectos, desde as artes e o artesanato até o comportamento fundamental de indivíduos e grupos coletivos”. Segundo Lage e Milone (2000), a atividade turística também gera custos sociais e culturais uma vez que poderá ser desenvolvido sem responsabilidade social o que desagrega e impacta negativamente o destino e a vida da comunidade.

Sob esta mesma perspectiva, as ações envolvendo a atividade turística são complexas e dinâmicas, pois envolvem diversos atores sociais locais (comunidades, empresas turísticas, organizações governamentais, associações etc.) e não locais como os turistas e intermediários, bem como suas inter-relações (Mielke; Pereira, 2006).

Considerando a Aprendizagem Social para a Sustentabilidade relacionada diretamente às atividades do turismo, espera-se que os grupos inseridos no contexto da complexidade das dimensões social e ambiental entendam as necessidades de uma sociedade pautada na sustentabilidade. Atores que partilham uma responsabilidade de fazer melhor na medida em que interagem com regularidade (WENGER, 1998) fortalecem o caminho para boas práticas com atitudes reflexivas para as dimensões supracitadas, “ampliando os conceitos de ambiente e sociedade em toda a sua complexidade na formação de novas mentalidades, conhecimentos e comportamentos” (MORIN, 2003. p.128)

2.2 A IMPORTANCIA DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM SOCIAL PARA A DINÂMICA DOS CONSELHOS DE TURISMO

Os potenciais problemas advindos das mazelas ambientais, de questões como a inclusão social necessitam de uma abordagem multi, trans e interdisciplinar que seja capaz de equilibrar as mais variadas vertentes do conhecimento, principalmente a complexidade do conhecimento turístico. As práticas sociais para a compreensão do fenômeno turístico (Cohen; Cohen, 2012; DUIM, 2007) são reforçadas por Edensor (2001, p. 60) que posiciona o turismo como um “fenômeno social a partir do qual atores podem e devem interagir”.

Conforme o Programa de Regionalização do Turismo (BRASIL, 2013) que direciona os objetivos prioritários na criação e composição dos Conselhos de Turismo, reforça que os mesmos são fóruns nos quais se deve estimular a prática da democracia, a transparência pública e a participação popular na gestão do turismo. Deve ser responsável por deliberar ações que busquem um turismo comprometido com a preservação cultural e do meio ambiente, com os limites da carga de fluxo turístico suportável pelo município, com o desenvolvimento econômico e com a melhoria da qualidade de vida de todos os munícipes. Conforme Cundill et al. (2014), a ASpS agrega uma possibilidade de ação coletiva, uma mudança para a totalidade, além do simples indivíduo e envolvendo mais colaboração e prática.

O conselho de turismo é uma entidade de caráter propositivo, consultivo e mobilizador, objetiva integrar as muitas, senão todas as instituições que compõem a cadeia produtiva do turismo - composição tripartite composta por governo, iniciativa privada e terceiro setor. Ainda, é instrumento fundamental no processo de descentralização da atividade turística no País, funcionando como caminhos entre estados, municípios e os núcleos estratégicos de turismo.

Nos estados brasileiros, os fóruns ou conselhos colocam em prática o Programa da Gestão Descentralizada, previsto no Plano Nacional de Turismo, possibilitando que os agentes públicos e privados participem da elaboração, da implantação e do monitoramento da Política Nacional de Turismo por meio dos programas e ações do setor. O Plano é uma referência no desafio de avançar e consolidar o modelo institucional e empresarial para o "Brasil Turístico" (BRASIL, 2015).

Hensen (1994, p. 26) diz que “o dualismo sujeito objeto pertencem à essência do conhecimento”. Sveiby (1998, p. 44) afirma que “a capacidade que uma pessoa tem de agir continuamente é criada por um processo de saber” e sendo assim, seria impossível separar o sujeito de seu universo de vivências e práticas. Portanto, reforçando (Pahl-Wostl et al., 2005), evolui-se para um empoderamento dos atores locais na tomada de decisão e permitindo uma maior influência da governança mais descentralizada no sistêmico processo da aprendizagem social.

2.3 RELACÕES ENTRE A APRENDIZAGEM SOCIAL PARA A SUSTENTABILIDADE E O CONTURES

A Política Nacional de Turismo, consolidada pela Lei 11.771/2008, tem dentre os seus princípios a regionalização do turismo;

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, lançado em abril de 2004 constitui-se em uma política pública, em âmbito territorial, a partir do Plano Nacional do Turismo 2003-2007, que determinou como macro programa estruturante a “Estruturação e Diversificação da Oferta Turística”. A premissa do Programa, considerado estratégico para a consecução da Política Nacional de Turismo, centrou-se no propósito de que sua execução, de forma descentralizada e regionalizada, com foco no planejamento coordenado e participativo, repercutisse, positivamente, nos resultados socioeconômicos do território.

O foco para um processo plural e democrático e a intenção de criar ou fortalecer grupos de representantes dos setores do arranjo produtivo do turismo (público, privado e sociedade civil organizada), a partir do compartilhamento de conceitos, princípios e valores, foi estratégia prioritária de forma a garantir a perpetuidade de ações. De acordo com (BAVA, 2005, p. 26), é uma aspiração de

“democratizar a democracia” e faz parte de uma estratégia de descentralização de poder para uma gestão mais aderente às características dos produtos turísticos dos estados brasileiros.

A política pública do turismo brasileiro adota como modelo de gestão a seguinte ótica:

O modelo de gestão adotado pelo Programa de Regionalização do Turismo está alicerçado sob a ótica da gestão compartilhada, deixando evidente a participação, democratização, consensos e acordos, envolvendo multiplicidade e diversidade de entes institucionais, agentes econômicos e sociedade civil organizada. Traduz as aspirações da sociedade e do governo na corresponsabilidade na tomada de decisão, na formulação de estratégias, na determinação das prioridades de execução, na avaliação, que referendem os objetivos a serem alcançados na perspectiva da inclusão e do desenvolvimento.

Desta forma, os níveis de abrangência do programa foram delegados aos seguintes atores, mostrados no Quadro 1.

ÂMBITO	INSTITUIÇÃO	COLEGIADO	EXECUTIVO
Nacional	Ministério do Turismo	Conselho Nacional	Comitê Executivo
Estadual	Órgão Oficial de Turismo da UF	Conselho ou Fórum Estadual	Interlocutor Estadual
Regional	Instância de Governança Regional		Interlocutor Regional
Municipal	Órgão oficial de turismo do Município	Conselho/Fórum Municipal	Interlocutor Municipal

Quadro 1 Gestão compartilhada do programa de regionalização do turismo brasileiro.
Fonte: (BRASIL, 2004).

O âmbito que interessa a este estudo é obviamente, o regional, pois é nele que se situa o objeto de estudo deste trabalho. O Decreto nº 2026-S, de 22 de outubro de 2003 regulamenta a criação do Conselho Estadual de Turismo, para fomentar o desenvolvimento sustentável da atividade turística no Estado:

Art. 1º Fica criado e incluído na estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEDETUR o CONSELHO ESTADUAL DE TURISMO - CONTURES, órgão

colegiado, de caráter consultivo, em nível de direção superior. Art. 2º São atribuições do CONTURES: I - assistir a SEDETUR na formulação de uma política de turismo para o Estado; II - participar da elaboração do Plano Estadual de Turismo; III - incentivar e promover o turismo no Estado; IV - estudar e propor medidas de difusão e amparo ao turismo no Estado do Espírito Santo; V - coordenar, acompanhar, avaliar e aprovar o desenvolvimento de ações voltadas para a municipalização do turismo no Estado; VI - manter intercâmbio permanente com outros conselhos de turismo; VII - opinar sobre matérias de interesse turístico que lhe sejam apresentadas;

Portanto, para se relacionar os conceitos da Aprendizagem Social para a Sustentabilidade ao conselho, depois de explanadas as suas atribuições, será necessária a utilização de um modelo conceitual ou arcabouço teórico que faça analogias com as organizações e a sustentabilidade.

As discussões que surgem nas reuniões do conselho de turismo são permeadas por abordagens imbricadas complexas e conforme (AMARAL; BRUNSTEIN, 2015) as discussões sociais devem se fortalecer nas raízes da aprendizagem social, a fim de torná-las mais amplas e entrelaçá-las a fundo nas discussões sobre meio ambiente.

Glasser (2007) aponta que a aprendizagem social de caráter ativo é construída por meio de categorias e em decorrência das habilidades e valores dos indivíduos nas relações grupais de poder. Existem relações hierárquicas (relações inflexíveis entre chefe e subordinados), não hierárquicas (indivíduos compartilhando seu conhecimento e experiência reciprocamente) e de coaprendizagem (envolvimento de colaboração, confiança e compartilhamento de experiências). Reforça ainda que as categorias hierárquicas e não hierárquicas validam o conhecimento pré-existente e o aprendizado coletivo valoram novas estratégias para este contexto de aprendizagem.

Os conselhos de turismo se constroem por meio da mobilização de todos os representantes e lideranças do turismo e comumente traz dissonância cognitiva, causando conflitos e divergência, além obviamente de assimetria de informações, visto que cada sujeito se origina de organizações diferentes, com vivências e experiências diferentes em engajamento turístico, o que pode dificultar a Aprendizagem Social para a Sustentabilidade na organização e suas conexões proativas.

Diante do exposto, o que se pretende discutir são as relações que podem ser analisadas no escopo de conselho estadual de turismo. (TACHIZAWA, 2002, p.195) afirma que:

Não é raro se deparar com o desconhecimento dos conselheiros no que compete a sua contribuição para com a organização, gerando com isso uma certa inércia e frustração por parte dos conselheiros, que outrora poderiam ter seus potenciais amplamente explorados, maximizando assim os resultados da organização.

Considerando os aspectos supracitados, busca-se na metodologia que se segue, uma possibilidade de se trabalhar com as variáveis encontradas no decorrer da observação e pesquisa do fenômeno.

Capítulo 3

3 METODOLOGIA

3.1 NATUREZA, TIPO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Este trabalho foi regido por pesquisa qualitativa interpretativa, cujo paradigma busca o entendimento do mundo pelo indivíduo (GEPHART, 1999; CRESSWELL, 2010), por meio da criação de significados oriundos das experiências vivenciadas no convívio com outras pessoas. Muito já se discutiu sobre as vantagens, desvantagens e prudência necessárias ao se utilizar a entrevista como ferramenta para a coleta de dados em pesquisa (NOGUEIRA, 1968; ANDER-EGG, 1976; BLEGER, 1980; QUEIROZ, 1983; TRIVIÑOS, 1987, MANZINI, 1990/1991; DIAS; OMOTE, 1995).

3.2 OBJETO DE PESQUISA

O escopo desta pesquisa é o Conselho Estadual de Turismo do Espírito Santo (CONTURES) que se configura como um “órgão colegiado de caráter consultivo, em nível de direção superior, integrante da estrutura organizacional da SETUR (Secretaria Estadual de Turismo).” (ESPÍRITO SANTO, 2017). Este conselho foi criado pelo Decreto nº 2026-S de 22 de outubro de 2003 e alterado posteriormente pelo Decreto Nº 074 – S, de 07 de fevereiro de 2006. É constituído por

40 membros com representatividade na sociedade civil, na cadeia produtiva do turismo, na Assembleia Legislativa e a na administração pública dos municípios turísticos. Possui ainda, representação das regiões turísticas e de suas instâncias de governança, “que é uma organização com participação do poder público e dos atores privados dos municípios componentes das regiões turísticas, com o papel de coordenar o Programa de Regionalização do Turismo.” (BRASIL, 2004).

Os atores (conselheiros) entrevistados para este trabalho integram instituições que compõem a “cadeia produtiva do turismo, de composição tripartite, isto é, com a participação do governo, da iniciativa privada e do terceiro setor”. (BRASIL, 2006). Foram escolhidos a partir do argumento de que sejam elementos catalizadores da aprendizagem social para a sustentabilidade no órgão consultivo CONTURES.

Desta forma, responderam à pesquisa 29 conselheiros, em um total de 40, e também foi avaliado o material coletado em 17 atas de reuniões ordinárias e extraordinárias do CONTURES a partir do ano de 2012 (da 37^a a 52^a ata das reuniões do conselho), mostrado no Quadro 2. O intervalo de tempo escolhido para a análise das atas foram os anos de 2012 a 2016 em função da disponibilidade dos documentos para o período em questão e também da mudança de governo ocorrido neste intervalo de tempo, o que gerou maior diversidade de variáveis para se trabalhar o objetivo geral desta pesquisa, o Contures e a aprendizagem social para a sustentabilidade, pois a abordagem de gestão dos governadores que se sucederam durante a militância deste conselho era discrepante em relação à atividade turística. Alguns outros documentos tais como entrevistas dos conselheiros do CONTURES em sites especializados em turismo e o posicionamento das regiões turísticas em jornais e revistas específicas também foram considerados.

Assim foram classificados os conselheiros, para a validação de suas respostas, no questionário e também nas participações registradas em atas.

CONSELHEIRO	Código
SETUR Secretaria de Estado de Turismo	CONS1
Região Turística Doce Terra Morena	CONS2
Região Turística do Verde e das Águas	CONS3
Região Turística dos Imigrantes	CONS4
Região Turística Montanhas Capixabas	CONS5
Região Turística Metropolitana	CONS6
Região Turística dos Vales e do Café	CONS7
Região Turística da Costa e da Imigração	CONS8
SINDHOTÉIS Sindicato de Hotéis e Hospedagem do Estado do Espírito Santo	CONS9
ABRAJET / ES Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo do ES	CONS10
SENAC Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	CONS11
SINDEGTUR / ES Sindicato de Guias de Turismo do ES	CONS11
CONFENEN / ES Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino	CONS13
ABBTUR / ES Associação Brasileira de Bacharéis e Estudantes de Turismo	CONS14
SINDBARES Sindicato dos Restaurantes, Bares e Similares do ES	CONS15
ABEOC / ES Associação Brasileira de Empresas Organizadoras de Eventos	CONS16
ALES - Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo	CONS17
ESCVB Espírito Santo Convention & Visitors Bureau	CONS18
SEBRAE / ES Serviço Brasileiro de Apoio as Pequenas e Micro Empresas	CONS19
FINDES Federação das Indústrias do Espírito Santo	CONS20
FCDL / ES Federação das Câmaras dos Dirigentes Lojistas do ES	CONS21
BNB / BB / CAIXA (Instituições Financeiras Federais)	CONS22
ABLA / ES Associação Brasileira de Locadoras de Automóveis	CONS23
ABEAR Associação Brasileira de Empresas Aéreas	CONS24
ABEAR Associação Brasileira de Empresas Aéreas	CONS25
AGROTURES Associação do Agroturismo do Estado do Espírito Santo	CONS26
UBRAFE União Brasileira dos Promotores de Feiras	CONS27
IRI Instituto Rota Imperial	CONS28
AMUNES Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo	CONS29

Quadro 2: Qualificação dos conselheiros respondentes.

Fonte: A própria autora.

3.3 ANÁLISES DOS DADOS

A análise dos dados se estruturou por meio de categorias e, posteriormente, agrupadas em metacategorias, de acordo com as interrelações entre cada categoria (FLORES, 1994), mostradas no Quadro 3.

METACATEGORIAS	CATEGORIAS
Reconhecimento de Interdependência	✓ Fórum de discussão ✓ Programa de regionalização ✓ Gestão descentralizada ✓ Interlocução nos municípios ✓ Leis e Decretos Estaduais
Desenvolvimento de Práticas Relacionais	✓ Reuniões ordinárias e extraordinárias ✓ Reuniões itinerantes ✓ Impasses imobilizantes ✓ Percepção divergente ✓ Observatório do turismo ✓ Redundância de conteúdos ✓ Rotatividade de gestores
Percepção compartilhada das questões críticas para o turismo	✓ Ausência de consenso do conceito de sustentabilidade ✓ Ausência de Monitoramento sistêmico ✓ Conflito entre o público e privado ✓ Construção do Plano Estadual de Turismo ✓ Disparidades regionais
Mudanças aplicadas nas unidades sociais	✓ Mudanças aplicadas nas unidades sociais ✓ Operacionalização de cursos ✓ Percepções divergentes e com viés ✓ Redundância de conteúdos ✓ Tático temporário egoísta ✓ Dicotomias ✓ Há implementação de ações compartilhadas
Desenvolvimento de novas habilidades e conhecimentos	✓ Baixa habilidade para a comunicação ✓ Limites políticos ✓ Falta de integração ✓ Descrédito ✓ Disputa ✓ Percepção de novas capacidades para a sustentabilidade ✓ Pouca participação de algumas regiões turísticas
Reflexão crítica quanto aos objetivos e interesses comuns	✓ Relações de Poder ✓ Grupo heterogêneo ✓ Entraves políticos ✓ Insegurança na tomada de decisão ✓ Validação somente do que está escrito

Quadro 3: Relação das Categorias e Metacategorias.

Fonte: Dados da pesquisa.

Capítulo 4

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1 METACATEGORIAS ANALISADAS

4.1.1. Reconhecimento de interdependência dos atores sociais na cadeia de valor orientada ao turismo sustentável

O Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, no ano de 1994, institucionalizou o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), que foi idealizado para dinamizar o desenvolvimento da atividade turística em âmbito municipal. Porém, o “foco de atuação era o município, as experiências, permaneceram quase sempre circunscritas às localidades ou microrregiões em que ocorreram, não tendo se proliferado nem se disseminado por regiões vizinhas” (PARANÁ, 2006). Houve, portanto, um enfraquecimento nas organizações sociais com aderência na atividade do turismo, que foi consequência de um envolvimento mínimo dos atores locais da comunidade enquanto turismo municipalizado. Porém, a partir de 2004, houve uma transição para o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, que buscava uma nova maneira de resolver os “impasses advindos da ação local e o entendimento do desenvolvimento sustentável do turismo”.

A premissa do Programa, considerado estratégico para a consecução da Política Nacional de Turismo, centrou-se no propósito de que sua execução, de forma descentralizada e regionalizada, com foco no planejamento coordenado e participativo, repercutisse, positivamente, nos resultados socioeconômicos do território. O Programa iniciou-se com a participação efetiva dos representantes dos órgãos e colegiados de turismo municipais e

estaduais, além de representantes da iniciativa privada, das instituições de ensino e do terceiro setor. O debate, por meio de oficinas e reuniões setoriais e nacionais, marca de importante momento de reflexão, possibilitou: a compreensão de conceitos; a definição das estratégias de implantação nas 27 Unidades da Federação; o planejamento das ações; e, particularmente, a construção de critérios, a partir de um processo plural e democrático, para a definição do conjunto de municípios que constituíam a “região turística”, de forma a promover a sustentabilidade, a inclusão e a diversidade de cada uma das 219 regiões turísticas identificadas, à época, que agregavam no seu conjunto 3.319 municípios. (BRASIL, 2004).

Portanto, transitar da municipalização para a regionalização do turismo, proporcionou uma característica maior de interdependência dos gestores e representantes do turismo em relação ao novo mapa do turismo brasileiro. O mapa da “regionalização do turismo”, que focou em regiões, não desqualificando os municípios, mas integrando-os às políticas públicas para a atividade turística. Os conselhos estaduais de turismo então tiveram de se adequar à nova abordagem de gestão, sendo direcionados para a construção de um maior nível de interdependência entre seus sujeitos e práticas.

Nesse contexto, o estado do Espírito Santo se consolida em dez regiões turísticas oficializadas em “estrutura e caráter jurídico diferenciado, sob a forma de fóruns, conselhos, associações, comitês, consórcio ou outro tipo de colegiado” (BRASIL, 2004). Os membros têm acento no CONTURES como representantes das instâncias de governança representando os municípios que fazem parte do arranjo produtivo do turismo.

Princípios e valores estratégicos provenientes das realidades regionais norteiam de forma estratégica para a interdependência, processo necessário para que diferentes atores possam deliberar e negociar regras, normas e relações de poder, além de abrir canais para que a ASpS aconteça. Cada “sujeito ativo deste cenário turístico” deve sentir-se interdependente de modo que os interesses, necessidades e demandas do outro sejam percebidas, validadas e apreendidas

A gestão descentralizada e interdependente também está na fala do conselheiro (CONS7) sobre “representar os interesses dos municípios da região turística no que tange ao desenvolvimento do turismo e seu posicionamento como destino e levar as nossas coisas boas, até os eventuais erros cometidos, para outras regiões”. Há aqui a interdependência dos pares de sua própria região e ainda completa: "Agir como interlocutor dos municípios e associados de minha própria região e os demais membros", isto é, ser capaz de representar a região e compactuar de princípios, valores e necessidades afins. Entretanto, o conselheiro (CONS12) percebe a interdependência com o Ministério do Turismo e direciona as discussões para os projetos, estratégias e provável captação de recursos.

[...] discutir e criticar com os conselheiros, além de definir os projetos e estratégias que serão referendados e encaminhados para validação e execução, de todas as diretrizes do Ministério do Turismo para o Turismo sustentável. .(Representante do segmento privado).

[...] Integrar e dinamizar os arranjos produtivos locais de turismo participando deste grupo que são formadores de opinião para a atividade turística e levar todas a (sic) tomada de decisão para a minha região em si, participando de debates e de formulação das estratégias locais para a região turística. (Representante do setor público).

Há interdependência, por isso, a necessidade de se democratizar a informação: “Compartilhar informações, discutidas, deliberadas e endossadas pelo conselho estadual de turismo”, conforme o (CONS3). Há uma percepção generalizada de que a interdependência é maior entre os membros do conselho e a secretaria estadual de turismo que é quem conduz as premissas deliberadas pelo Ministério do Turismo. Os principais aspectos em relação às instâncias de governança regionais e suas representações (regiões turísticas) são balizados em conceitos que estão diretamente imbricados aos muitos conselhos, fóruns, agências

e ou instâncias em qualquer âmbito de atuação política, trazendo novamente à luz desta discussão aspectos de provável ambiente positivo para a ASpS.

Uma instância para ser legítima precisa representar a heterogeneidade dos atores sociais de determinado território, para que possa de fato constituir-se num espaço colegiado de gestão dos interesses coletivos, onde os conflitos sejam administrados e os pactos sejam construídos sempre na perspectiva do desenvolvimento sustentável e da apropriação dos benefícios do turismo pela comunidade local (BRASIL, 2004).

Questões como interações sociais e processos de troca entre atores em rede social estão na base da ASpS (REED, et.al., 2010) e são condição para que haja legitimidade e efeito na aprendizagem social, sendo assim quando o MTur afirma que a governança do turismo “não pode ser um “gueto composto apenas, ou predominantemente, por determinado segmento ou grupo político” (BRASIL, 2006).

Em resumo, as ponderações sobre “as origens das redes e os tipos de recursos que os atores trazem para o relacionamento são cruciais (POWELL; SMITH-DOERR, 1994, p. 393) e aplicadas ao turismo corroboram para as questões da descentralização com o aumento da interdependência relacional dos sujeitos (BENI et al., 2012). Proporcionam ambiência para a ASpS, pois consentem que cada agente de transformação tenha uma atuação consistente em grupos sinérgicos e não de forma isolada. Os conselhos por serem instrumentos de representatividade na validação de consensos para a atividade turística se configuram como um amplo fórum de discussão aberta e democrática cujo poder de decisão compete a todos. (FISCHER; FORESTER, 1993) reforçam políticas e planos que sejam colaborativos, argumentativos e dialogais promovendo e provocando (HALL, 2001; MOLINA, 2001; BARRETO, 2005; DREDGE, 2006; BENI, 2006; RUSCHMANN, 2006; CORIOLANO, 2006; FRATUCCI, 2008) os aspectos interdependentes que, no caso deste estudo, podem fomentar a aprendizagem social para um comportamento sustentável.

4.1.2. Desenvolvimento de práticas relacionais

O CONTURES por si só já é uma ambiência de práticas relacionais por se tratar de um grupo de atores sociais dispostos a discutir as iniciativas do turismo sustentável no estado do Espírito Santo. Tal ambiência é decorrente das reuniões ordinárias ou extraordinárias do conselho, das palestras e reuniões elucidativas ministradas por consultores e especialistas convidados e da interação e resultados provenientes dos grupos de trabalho e comissões temáticas especializados em segmentos do turismo regional. Grupos estes que foram mobilizados para discutir e levar projetos e reflexões para as reuniões ordinárias e extraordinárias e se configuram conforme registro na 46ª ata de 10 de dezembro de 2014:

[...] sendo que a proposta é instituir os Grupos de Trabalho que funcionarão dentro da “Comissão Temática de Regionalização, Segmentação, Promoção e Comercialização” os seguintes GTs: 1º - GT Turismo Rural - Tem como Objetivo definir estratégias para a Política Estadual de Turismo Rural e Agroturismo do Espírito Santo; 2º - GT Turismo Religioso – Tem como Objetivo definir estratégias para o desenvolvimento do segmento do Turismo Religioso, e 3º - GT Aves: Tem como Objetivo contribuir para o aumento do turismo de observação de aves no ES, atenuar a sazonalidade e promover destinos pouco conhecidos e procurados pela generalidade dos turistas; e na “Comissão Temática de Qualificação, Financiamento, Investimento, Infraestrutura e Segurança” o GT Turismo Náutico – Tem como objetivo promover estudos e medidas voltados ao desenvolvimento do turismo náutico no Estado do Espírito Santo.

Em relação às tais práticas relacionais, há possíveis “impasses imobilizantes” (JACOBI; GRANJA, 2006, p.13), o que pode sugerir menos estímulo e espaço para a construção de eixos relacionais saudáveis. “Penso que haja ausência de diálogos e algumas informações que os municípios não fornecem”, diz o (CONS18), reforçando ainda que o desconhecimento para as questões orientadas da sustentabilidade provoca “sucessivos impactos ambientais, sociais e de ingerência política, influenciando o posicionamento da atividade turística no estado do Espírito Santo e estes impactos não são discutidos no CONTURES, como forma preventiva”,

pontua o (CONS22). Se as possibilidades de práticas relacionais forem minadas, conselheiros que atuam em realidades distintas na atividade do turismo podem se conformar com a redundância (BURT, 2000) e mesmice das informações compartilhadas e não sair de sua “zona de conforto” desconectando-se da finalidade da ASpS. “Não há um debate orientado sobre o turismo sustentável no CONTURES. Ao menos não há na prática. É a primeira vez que falo sobre isso. Sinto que alguns representam a si mesmos”, afirma o (CONS12) As práticas relacionais construtivas devem proporcionar consenso e clareza na base da ASpS (REED, et.al., 2010), sob pena da aprendizagem ocorrer em níveis superficiais e as mudanças não serem profundas.

As entrevistas demonstram percepções divergentes de alguns conselheiros em relação às ações que efetivamente foram reportadas. Percebe-se um viés na compreensão destas ações como se não houvesse ocorrido mudanças nas unidades sociais.

Atualmente, o Conselho atua mais como local de encontro das entidades, apresentação das ações dos seus membros e apresentação de resultados de pesquisas e outros projetos do que lugar para discussão e monitoramento das ações planejadas no início de 2015 (CONS9).

Pontua ainda a redundância de conteúdos “Inserir mais de uma reunião sobre mesmo assunto em pauta [...]” (CONS2). Há ainda outras considerações sobre o poder do conselho em transformar realidades por meio da sustentabilidade. “Não consigo sentir o conselho uma entidade forte e capaz de agir”. Conforme o conceito de sustentabilidade acima (discriminado no questionário respondido) afirma o (CONS13) e completa ainda, “e penso que não seja praticado e muito menos entendido. Não vejo a inclusão social nos projetos validados e o próprio conselho tem redundância de ações o que fere de morte a sustentabilidade de maneira

geral”). (CONS22). Há os que consideram todo o processo de operacionalidade do conselho pouco democrático “[...] as ações dos grupos de trabalho precisam ser melhor (sic) acompanhada. Os grupos precisam democratizar durante as reuniões do conselho os resultados dos compromissos previamente assumidos”. (CONS25).

O CONTURES também proporciona, além das práticas das reuniões e dos grupos de trabalho, atividades externas tais com as reuniões ordinárias itinerantes, onde se escolhe um espaço, normalmente cedido, em uma determinada região turística para a reunião na qual cada conselheiro pode ser inserido em ações constantes de conhecer, onde “todo fazer é um conhecer e todo conhecer é um fazer” (MATURANA, 2001). Não há menção sobre tal prática itinerante nas entrevistas, somente nas atas o que valida os encontros realizados “extramuros”.

A SETUR possui as suas redes sociais como o Facebook, o Instagram e o Twitter com foco exclusivo no turista e na divulgação de informações sobre os atrativos. Constituiu ainda em 2016, o Observatório de Turismo para democratização de um banco de dados para pesquisas e informações específicas sobre a atividade turística no estado, o que também não aparece nas falas dos conselheiros, porém reclamam de falta de dados sistêmicos e estruturados para pesquisas mais robustas.

Os sites de turismo daqui que eu conheço nem funcionam direito. A única informação que me lembro é referente às atas e olhe lá. O Conselho só conversa durante as reuniões e não fazem mais contato. Não me lembro de ter interagido com alguém do conselho por meio das redes sociais. Vou sugerir esta possibilidade nas próximas reuniões. (CONS19).

Nenhum conselheiro mencionou interatividade além das presenças nas reuniões do conselho ou quando das comissões temáticas que se reúnem para definição de estratégias específicas de turismo, tais como o grupo do segmento do turismo religioso, o grupo que discute turismo náutico e o grupo que trabalha com o

turismo de aventura. As únicas menções feitas em atas sobre interatividade nas redes sociais foram sobre o Observatório de Turismo (banco de dados) e a campanha #Amores que visa incentivar as belezas naturais do Espírito Santo, ambas mencionadas na ata da 48ª reunião, que aconteceu em 15 de setembro de 2015. Percebe-se, portanto, no CONTURES uma assimetria nas informações que pode ser consequência de níveis cognitivos técnicos variados e desnivelados sobre as temáticas debatidas no mérito turístico ou da própria entropia causada pela comunicação ineficaz da SETUR em determinados momentos do processo.

A rotatividade inerente aos gestores, principalmente os alocados em cargos públicos como prefeitos, secretários de turismo e cargos comissionados com militância na atividade turística também se interpõe na efetividade das práticas relacionais. Foi observado na logística do CONTURES que, quando houve uma troca de secretário estadual de turismo, passando da gestão de 2011/2015 para a gestão 2015/2018, referendada na ata da 47ª reunião ordinária do CONTURES, no dia 19 de maio de 2015, a primeira ação efetivada pelos novos gestores públicos estaduais do turismo foi a reestruturação do conselho, com um enxugamento no número de atores sociais da cadeia de valor do turismo no estado:

[...] o quarto item da pauta que trata da constituição de uma comissão para discutir a reformulação do CONTURES. A Subsecretária de Estado do Turismo e conselheira, Simone Carvalho Trancoso Modolo relatou que ao longo do tempo o CONTURES teve seu número de membros elevados sem que estes acréscimos fossem regulamentados e que esta situação precisa ser regularizada. Em seguida convidou o servidor da SETUR Alexandre de Oliveira Fraga para fazer uma apresentação sobre a atual situação do conselho. Na apresentação foi feito um resgate histórico desde a criação do CONTURES até a presente data. Inicialmente no ano de 2003 o CONTURES foi composto por 29 membros. Em 2006, passou para 37 membros e a última alteração se deu no ano de 2010, quando passou para 40 membros. A partir daí, abriu-se a possibilidade de haver conselheiros convidados. Assim, as sucessivas decisões do CONTURES foram ampliando o número de conselheiros chegando a ter 50 membros. Neste ano de 2015, verificando-se a necessidade de recomposição do conselho face ao encerramento do mandato dos conselheiros, tomou-se a decisão de promover a recomposição dos 40 membros amparados pelo decreto 452-S

de 07 de fevereiro de 2010, visto ser este o instrumento que dá amparo legal ao conselho.

As alegações foram de que existem diversos pedidos de entidades que desejam participar do CONTURES e outras que ao longo do tempo se ausentaram, demonstrando desinteresse em participar deste colegiado. A premissa de que o conhecimento emerge das interações entre os múltiplos atores sociais (BLACKMORE, 2007; ISON; RÖLING; WATSON, 2007; STEYAERT; JIGGINS, 2007) legitima a participação de todos os sujeitos que passaram ou passarão por este conselho, pois cada um enquanto parte do grupo agrega ou agregou em seus processos relacionais deixando a sua cor e marca nas ações. Portanto, cabe ao órgão público, gestor deste grupo, transformar as informações e compartilhar todo este conhecimento de maneira que haja aprendizagem social, pois nada poderá ser perdido ou desconsiderado, já que a tendência será a de ad eterna reestruturação no colegiado em questão.

4.1.3 Percepção compartilhada das questões críticas para o desenvolvimento do turismo sustentável

As questões críticas para o turismo sustentável no ES são evidenciadas no universo de possibilidades das práticas relacionais. A ausência de um conceito de turismo sustentável compartilhado por todos desencadeia certa fragilidade de atuação do CONTURES. Algumas percepções tais como “o conselho atua mais como local de encontro das entidades, apresentação das ações dos seus membros e apresentação de resultados de pesquisas do que lugar para discussão e monitoramento das ações” (CONS21). Na percepção dos entrevistados, não há monitoramento sistêmico para pontos críticos do turismo estadual, o que pode acontecer por falta de indicadores de avaliação perceptíveis pelos conselheiros de

maneira geral. Os pontos críticos se direcionam para ações frágeis e sem impacto de fato.

Quanto à sustentabilidade no turismo, conforme o conceito apresentado, penso que existem algumas ações realizadas no âmbito municipal, porém são frágeis e não possuem força social ou econômica para se estabelecerem como condição de um processo de desenvolvimento. (CONS17).

Todas as atas pesquisadas foram validadas pelos conselheiros com poucos pontos de desacordo. A aprovação das atas e validação das mesmas acontece de maneira explícita e norteadas pela pergunta “alguém tem alguma colocação ou complementação a fazer em relação à ata em questão? Sim: Não, pois então fica validada a ata”. Poucas manifestações de discordância em relação a pontos críticos, embora aconteçam, mas de maneira incipiente. O conselheiro (CONS13) ressaltou em ata na 47ª reunião “que o conselho é um espaço onde se deveria monitorar o cumprimento das metas e plano estratégico por parte da gestão a cada três meses, ou seja, que neste trabalho da comissão esta estratégia de funcionamento se faça presente”. As entrevistas mostraram que há um conflito entre o público e privado, o que é um fator crítico para a aprendizagem, “o conselho, por vezes, me parece um tanto quanto alienado” (CONS10). Eu percebo que existem interesses diversos entre o público e o privado (CONS19). Um comentário com esta percepção reforça o papel do governo de compartilhar responsabilidades, visto que os interesses diversos não significam exatamente emperrar o processo de ASpS (RIDDER; MOSTERT; WOLTERS, 2005).

O documento do Planejamento Estratégico do Espírito Santo para o período de 2015 a 2018 é uma concretização de um processo crítico compartilhado pelos conselheiros que ajudaram a construir este documento, validando etapas e se inserindo anteriormente na tomada de decisão de vários contextos ali descritos.

(ESPIRITO SANTO, 2015). A missão dos gestores para a atividade turística se sustenta na seguinte missão “promover o turismo como uma atividade econômica sustentável, proporcionando a inclusão social com a geração de emprego e renda”. (ESPIRITO SANTO, 2015). Os princípios norteadores são exatamente a consagração dos fatores críticos discutidos em reuniões do conselho e formatados em documento próprio e democratizado com toda a cadeia produtiva do turismo, servindo ainda como uma ferramenta de marketing para construção da imagem do turismo capixaba.

Compartilhados e validados neste documento, pelo conselho, os “princípios norteadores” para as ações consideradas hierarquicamente mais importantes para os caminhos do turismo capixaba que são consequência de percepções críticas de questões operacionais relacionadas a cada uma delas (ESPIRITO SANTO, 2015, p.5).

Planejamento e gestão estratégica; Gestão integrada; Fortalecimento da regionalização; Parcerias institucionais e privadas; Sustentabilidade e integração com o meio ambiente e a cultura; Consolidação da segmentação e dos produtos turísticos; Atenuar a sazonalidade do turismo; Viabilização de recursos para investimentos; Geração de novos postos de trabalho.

A discussão de fatores críticos e a democratização dos mesmos em um documento oficial de turismo estadual provocam uma mudança em muitos dos atores, pois há o amadurecimento por meio da reflexão e discussão, além das práticas relacionais mais intensas o que provocará uma mudança na compreensão dos fatos promovendo a Aprendizagem Social para a Sustentabilidade. Contudo, nem todos os conselheiros percebem o conceito de sustentabilidade balizando o turismo da mesma forma, de acordo com um dos membros do colegiado:

Não existe consenso em relação à sustentabilidade. O conceito não é entendido por todos da mesma forma. Cada entidade no conselho representado se diz sustentável, mas vejo que não é. Um organizador de eventos, por exemplo, não é capaz de perceber o impacto de seu evento e continua indo além da capacidade de carga do polo turístico. Veja o que

acontece como os eventos de Vitória em nome do capital, do dinheiro. O Vital (Carnaval fora de época) foi um exemplo disso. Impactou tanto que acabou porque a comunidade não permitiu mais. E o conselho fez o que na época? Nada

E esta divergência nos conceitos, principalmente no que se refere ao desenvolvimento sustentável, pode causar uma demora crônica nas discussões e deliberações devido ao desnivelamento e heterogeneidade dos pares em relação aos assuntos e temas discutidos que evidenciam a essência para a sustentabilidade. Há uma sensação de sinergia nos conceitos de representatividade dos municípios turísticos por meio de suas instâncias de governança – Regiões Turísticas validadas pelo plano estadual de turismo – mas os comportamentos e depoimentos encontrados direcionam para limites políticos municipais e a não percepção da região, o que enfraquece os grupos de trabalho enquanto aprendizagem coletiva.

O SEBRAE (2009, p.25), em seu manual de Orientações Práticas às Instâncias de Governança de Turismo, pontua que é comum no processo da gestão do turismo que “as diversas entidades que interagem no território (região) atuem, em geral, de forma isolada resultando em ações fragmentadas e desarticuladas” e isto é levado para o CONTURES consequentemente como um mosaico de “engajamento se reflete nas deliberações dos conselheiros CONTURES, por vezes imaturas e centradas em egos municipais”.

[...] uma das questões é a falta integração real entre os parceiros e a falta de mais ações/propostas do estado, dos municípios e também dos próprios membros do Contures. [...] “descrédito da entidade por parte dos conselheiros, uso político e não de decisão”. [...] “Percebo que muitos conselheiros não têm pertencimento em relação ao local de sua região”. (CONS10)

[...] Muitas regiões vivem em disputa e não assumem a cooperação como uma estratégia de desenvolvimento. Os atores locais não se identificam com a sua própria região. [...] ‘Algumas se acham mais importantes, pois estão alocadas na região metropolitana e se percebem “Deuses do Turismo”’. (CONS22)

4.1.4 Mudanças aplicadas nas unidades sociais

Apesar das dificuldades e críticas que o CONTURES tem recebido por parte dos seus integrantes, é percebido um progresso nesse longo processo de aprendizagem para um turismo sustentável, no tocante à mudança à melhoria do turismo nas regiões turísticas:

[...] acho o CONTURES bem democrático e aprendo com os colegas conselheiros. Minha região tem olhado com mais carinho para o artesanato local. Mais respeito. Existem instituições de apoio técnico que prestam assessoramento sistêmico às entidades, por exemplo, o SEBRAE que já tem trabalhos focados em sustentabilidade. Aprende-se com eles. (CONS15).

Na Ata de 30 de abril de 2012, constam discussões pertinentes ao objetivo da SETUR de qualificar profissionais para a atividade do turismo de Aventura por meio da ABETA (Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura), além de certificar 12 empresas de turismo receptivo local para o Programa Aventura Segura, desenvolvendo também cursos para melhor comercialização do artesanato estadual no evento “Salão do Artesanato”, o que sinaliza um ambiente democrático para abordagens sustentáveis”. Além deste tópico, pontuou-se a necessidade da construção de um Centro de Eventos nas Montanhas, que seria uma parceria PPP (política, pública e privada) e beneficiaria o turismo estadual de maneira geral. Houve também menção a projetos de sinalização turística que beneficiaria todas as regiões turísticas. As propostas apresentadas na 36ª ata (1ª ata analisada) comungam com as diretrizes sustentáveis de um importante programa do Ministério do Turismo:

A sustentabilidade é o conceito básico que orienta o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: o fomento ao turismo responsável, isto é, ao turismo produtivo, do ponto de vista econômico; justo, do ponto de vista social e correto, do ponto de vista ambiental. (BRASIL, 2004)

Portanto, projetos discutidos nesta reunião como o Centro de Eventos e a Sinalização turística da região de montanhas, os projetos de qualificação para o Turismo de Aventura, o Projeto Viaja Jovem, criado com o objetivo de inserção de jovens carentes na aprendizagem cognitiva e social por meio da visita turística no ES, a proposição do Salão do Artesanato e a discussão encontrada sobre a reconstrução do Canal de Guarapari corroboram para novas práticas. O somatório das ações discutidas especificamente nesta ata desencadeia um processo de mudança na percepção e compreensão (REED, et.al. 2010) de processos sustentáveis para a atividade turística.

A aprendizagem social pode ser definida como uma mudança na compreensão que vai além do indivíduo para ações situadas dentro de unidades sociais mais amplas ou em comunidades de prática por meio de interações sociais

A SETUR, com a ação validada pelo CONTURES e juntamente com SEBRAE, capacitou para o Ecoturismo e o Turismo de Aventura no ano de 2016.

Com foco no desenvolvimento sustentável do potencial turístico das regiões, a Secretaria de Estado do Turismo (Setur) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-ES) realizam curso de capacitação em ecoturismo e turismo de aventura, ofertado em três regiões do Estado. A primeira turma foi aberta em Itaúnas, a segunda e em Pedra Azul e a terceira será na Região do Caparaó. (ESPIRITO SANTO, 2016).

Além dos projetos direcionados para o ecológico, ainda foram planejados e operacionalizados cursos gratuitos de qualificação em 50 municípios com o seguinte mote: inglês Instrumental; preparo de café e coffee-break; básico de vinho; elaboração de drinques e coquetéis; turismo rural; técnica para monitor de turismo; administração de custos em alimentos e bebidas, além de cursos de oportunidade para empreendedorismo, que foram direcionados para residentes com baixo poder aquisitivo, o que sinaliza uma ação inclusiva.

Considerando ainda outros mais fragmentos sobre a questão das mudanças aplicadas nas comunidades de práticas, um dos sujeitos afirma que:

Algumas medidas estão sendo realizadas, como as ações de promoção e divulgação virtual, qualificação e formação de gestores municipais e do trade para um trabalho mais alinhado e de maior resultado e o fortalecimento das regiões turísticas como articuladores da descentralização da gestão pública estadual. (CONS06)

A ASPS é um “processo contínuo de novas leituras e interpretações, configurando novas possibilidades de ação e gerando um saber solidário e um pensamento complexo” (JACOBI, 2009) e esta construção do saber está aberta às indeterminações nos diálogos, provocadas pelas diferentes percepções. “As políticas nacionais são exercidas a partir do topo das elites pretensamente iluminadas e para se atingir níveis razoáveis de responsabilidade, não basta ‘empurrar’ metas ou objetivos para as comunidades”, leia-se qualquer órgão representativo da mesma. (PANOSSO NETO; TRIGO, 2009), portanto entende-se esta dicotomia no olhar dos sujeitos, como consequência de uma miopia muitas das vezes provocada pela uma abordagem da própria gestão pública que tende a valorizar em suas ações o tático temporário e egoísta em detrimento do estratégico coletivo, provocando abismos na percepção geral das ações operacionalizadas no turismo estadual, tanto por alguns conselheiros, como pelo próprio cidadão que na maioria das vezes está desconectado das ações turísticas no Estado, o que pode obstruir momentos positivos para a ASpS se desenvolva, provocando novas habilidades e conhecimentos permeados pelo pertencimento ao “core” para ativa corresponsabilidade dos sujeitos.

4.1.5 Desenvolvimento de novas habilidades e conhecimentos

De acordo com o Regimento Interno do CONTURES, aprovado pelo seu colegiado em 16 de agosto de 2014, estão elencadas competências atribuídas aos membros, competências estas que são exercitadas à luz do coletivo, dando espaço para o desenvolvimento de novos conhecimentos e promovendo um campo fértil para a ASpS.

- I – Solicitar com antecedência ao Presidente a participação de pessoas que possam contribuir com informações técnicas e/ou jurídicas relacionadas com a pauta de reuniões;
- II – Pedir vista de processo;
- III – Estudar e relatar individualmente ou em Comissões Temáticas os processos que lhe venham a ser distribuídos;
- IV – Compor ou indicar nomes para as Comissões Temáticas Provisórias ou Comissões Temáticas Permanentes;
- V - Propor temas e assuntos à apreciação e ação do Plenário, inclusive diligências; VI – Apresentar questão de ordem em reunião;
- VII – Propor aos Conselheiros o encaminhamento de solicitação ao Presidente para convocação de reunião extraordinária;
- VIII – Realizar, quando possível, isoladamente ou em grupo, viagens de inspeção ou de interesse para as finalidades do Conselho;
- IX – Propor e aprovar alterações do regimento, para serem homologadas pelo Governador do Estado; – Deliberar sobre proposições apresentadas pelas Comissões Temáticas;
- XI – Solicitar ao Presidente, caso seja factível, assessoramento de pessoas físicas ou jurídicas, e de direito público ou privado

A valorização da interatividade nos questionamentos ambientais é apreciada por Craps (2003) como uma maneira de responder às novas demandas de uma sociedade que busca ser sustentável, validando a tomada de decisões e aumentando a força das ações escolhidas e executadas. Aprende-se interagindo. Há desenvolvimento de novas habilidades por meio de relacionamentos democráticos e construtivos. “Há necessidade de mudanças por meio de conhecimentos e trocas adquiridos” (MADRUGA; SILVA, 2008, p.33), e a premissa é de que os atores relevantes sejam convidados e participem no processo de planejamento, além de

contribuírem ativamente nos debates e na busca de respostas e soluções” (JACOBI; XAVIER; MISATO, 2013, p. 8).

É importante frisar que mesmo com as dificuldades de articulação e compartilhamento imparcial das questões levadas à plenária de discussão do conselho, há registros nas atas de novas competências contempladas. A 43ª ata de 18 de março de 2014 valida como posicionamento do ICE – Instituto Capixaba de Ecoturismo o “[...] reforço a importância dos monitores ambientais da cidade de Itaúnas, que tem um trabalho bem bacana com trilhas e projetos de ecoturismo”. Uma percepção de novas capacidades para a sustentabilidade. “[...] a sustentabilidade depende menos de "egos" e mais de sensibilização”. (representante de um segmento da iniciativa privada). “[...] parcerias que tem dado certo, como nas montanhas capixabas, por exemplo, as coisas lá em cima funcionam com sustentabilidade”. Há o que se aprender sempre. (Membro do conselho (CONS21)).

Os objetivos e interesses comuns a serem discutidos adiante reforçam a aquisição de novas habilidades

Entretanto, alguma habilidade na comunicação em relação aos pares representados foi percebida. “Melhorei a minha comunicação com os representantes da minha entidade. Posso contribuir melhor agora e acho que já quebramos alguns paradigmas por aqui na região”. (CONS12).

O conselho está limitado a participar somente de reunião. A minha região reclama disso. O aprendizado é pequeno. Cumpro a agenda. Os impactos ambientais continuam e vejo "porradas" na cultura local. Temos trabalhado com limites políticos dos municípios e nos esquecemos de que são mais do que isso. São grupos com características culturais e naturais similares. (CONS18)

4.1.6 Reflexão crítica quanto aos objetivos e interesses comuns

Ressaltam-se as relações de poder, consequência da própria essência da concepção do CONTURES decorrente da mistura heterogênea de participantes, o que prejudica ou enriquecer, dependendo da forma como se trata a diversidade, os objetivos e interesses comuns. “O aprendizado tem sido de que sempre é possível ter voz, mas nem sempre se fala a mesma língua (CONS2)”, o que demonstra dissonância de expectativas para as ações. Portanto, verifica-se em algumas falas o reconhecimento das barreiras, mas o crédito “[...] aprendemos que é possível trocar experiências sim, embora alguns entraves políticos aconteçam. É muito difícil agradar a todos de uma determinada região, imagine do estado do ES como um todo (CONS8)”. Sem o fortalecimento das identidades coletivas (BROTO; DEWBERRY, 2016; GODOY et al. 2015b; DLOUHÁ; JANA et al. 2013a.) capazes de novas reflexões, haverá insegurança na tomada de decisão, o que parece acontecer em alguns momentos deste conselho, o que poderá comprometer em determinados aspectos a aprendizagem para contextos sustentáveis de desenvolvimento.

Penso que o CONTURES tenha aprendido a ser mais formal em suas deliberações. Aprendeu a validar a tomada de decisão validando documentos para que se perpetuem e as ações não sejam esvaziadas. (CONS18)

O CONTURES precisa apresentar resultados mais concretos, pois é uma ferramenta muito importante de apoio as políticas públicas para o turismo do Estado do ES. (CONS22)

Diante do exposto, identificou-se descrédito em relação ao que se fala e também suspeita em relação ao que se chama de “resultado concreto”.

Na 46ª ata, datada de 10 de dezembro de 2014 e última reunião do conselho antes da troca dos governos, está o registro de concessão da palavra ao vice-presidente do CONTURES, que antes de finalizar o encerramento da reunião de

fechamento de ciclo de gestão, convocou a todos para estarem juntos e vigilantes “para não perdermos os avanços conquistados, que é importante avançarmos ainda mais, que este colegiado é porta voz da sociedade para as demandas do turismo”.

Na 47ª ata, datada de 19 de maio de 2015, o ainda vice-presidente do CONTURES, os conselheiros ainda não haviam sido oficialmente empossados na nova gestão, contribuiu com o seguinte registro de sua angústia quanto à realização das reuniões do CONTURES que na sua ótica “tem reunido muito e produzido pouco”. Ele ainda “acredita que os conselheiros têm ajudado muito pouco a gestão até porque não se tem muito debate. Na maioria das vezes nos chegamos aqui para dizer amém. Entendo que nós temos muito a contribuir e queremos ter a oportunidade de fazê-lo e estamos aqui para dar apoio a SETUR”. Dando prosseguimento a pauta, o Secretário de Estado do Turismo e Presidente do CONTURES, procedeu com a eleição para o cargo de Vice-Presidente do CONTURES. “Na oportunidade, informou aos presentes que o atual Vice Presidente teria interesse em ser reconduzido ao cargo na nova gestão” e democraticamente submeteu ao plenário tal escolha. Não havendo manifestação dos conselheiros, foi eleito por aclamação para o cargo de Vice-Presidente do CONTURES, para o mandato 2015/17. Assim iniciou-se a discussão do quarto item da pauta onde se tratou da constituição de uma comissão para discutir a reformulação do CONTURES, legitimada pela necessidade de um “enxugamento” em seu quadro constituído.

Há nesta sequência um “constitui-destitui-reconstitui” que retrata provavelmente um conflito onde os conselheiros endossam a permanência de gestor hierarquicamente importante, mas a SETUR por sua vez, reformula todo CONTURES imediatamente após. Portanto, para que aprendizagem social para o

mundo sustentável aconteça, é necessário que os atores estejam imbuídos da valorização do todo, do coletivo e engajados em manter as boas práticas e as trocas de experiências, logrando êxito na pretensão do que seja “deliberar” sobre o turismo sustentável no estado do Espírito Santo.

Ao fim desta análise de dados, será possível prospectar abordagens para se compreender a dinâmica da ASpS no CONTURES. Para isto, os dados serão discutidos adiante à luz das teorias da Aprendizagem Social para a Sustentabilidade no universo de conselhos e ou colegiados participativos, como é o caso do objeto de estudo deste trabalho.

Capítulo 5

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Retomando a problemática dessa pesquisa, foi investigado como acontece o processo de aprendizagem social para o desenvolvimento do turismo sustentável no estado do Espírito Santo por meio do Contures, com foco na aprendizagem social para a sustentabilidade.

As evidências mostram que o reconhecimento da interdependência entre os atores sociais da cadeia de valor orientada ao turismo está posto! Ou seja, trata-se de um processo top-down deflagrado pelo poder público – Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil (BRASIL, 2004) – e contributivo para iniciar um processo de aprendizagem social para o desenvolvimento do turismo sustentável no ES por meio dessa rede de atores sociais (KOUTSOURIS, 2009). Ou seja, a colaboração entre os diversos atores sociais da cadeia de valor envolve o compartilhamento de recursos, interesses, valores de cada um desses atores (KOUTSOURIS, 2009; MOSTERT al., 2007) com o intuito de gerar práticas e políticas sustentáveis para as dez regiões turísticas do estado (SOL; BEERS; WALS (2013).

Entretanto, as práticas relacionais não têm sido efetivas, demonstrando ser insuficientes e com problemas na organização para aprofundar esse processo de aprendizagem social para o desenvolvimento do turismo sustentável ES, em função de alguns entraves como: desconhecimento do banco de dados para pesquisas e informações específicas sobre a atividade turística no estado, assimetria nas informações, rotatividade inerente aos gestores participantes do CONTURES, baixo comprometimento refletido nas ausências nas reuniões, demonstrando desinteresse em participar desse colegiado. Como resultado, o grupo tem enfrentado dificuldades para compartilhar as questões críticas do desenvolvimento do turismo sustentável no estado. Por exemplo, a ausência de um conceito de turismo sustentável compartilhado, falta de mecanismos para o monitoramento sistêmico dos pontos críticos do turismo estadual, pouco debate e, principalmente, conflito de interesses entre os setores público e privado. A aprendizagem social para a sustentabilidade pode ir além dos limites do indivíduo (REED, et.al., 2010) e por se tratar de um

processo de reflexão coletiva (BOUWEN; TAILLIEU, 2004; D'ANGELO; BRUNSTEIN, 2014; JACOBI, 2006), por meio da interação e do diálogo, pode acontecer mesmo que esse processo participativo não seja tão bem planejado e ainda que os resultados não sejam percebidos tão obviamente pelos conselheiros.

Em função das dificuldades citadas, os atores sociais compartilham questões críticas para o desenvolvimento do turismo sustentável no estado do ES, como a ausência de debate orientado ao turismo sustentável, falta de monitoramento sistêmico para pontos críticos, falta de comprometimento com o Planejamento Estratégico do Espírito Santo para o período de 2015 a 2018 etc. Essas evidências mostram que tem havido pequenas mudanças, porque os membros do CONTURES estão direcionando os esforços de aprendizagem social para as regiões turísticas e menos para o processo de aprendizagem do próprio conselho (BEERS; HERMANS; VELDKAMP; HINSEN, 2014).

Assim, os dados mostram que houve mudanças em algumas regiões turísticas, com a implementação de ações voltadas ao turismo sustentável. E, conseqüentemente, o desenvolvimento de novas habilidades e conhecimentos, como a implementação dos monitores ambientais na cidade de Itaúnas. Ou seja, esse processo de aprendizagem social para o turismo sustentável tem apresentado pequenas vitórias visíveis e tangíveis (BOUWEN; TAILLIEU, 2004).

Capítulo 6

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar como ocorre o processo de aprendizagem social para o turismo sustentável no estado do Espírito Santo algumas reflexões emergem dessa discussão.

Ao avaliar criticamente os resultados, as evidências mostram que ocorreu uma mudança na compreensão dos indivíduos envolvidos ainda no nível mais superficial e não aprofundado (REED et al., 2010), necessário para cumprir as

demandas do Planejamento Estratégico do Espírito Santo para o período de 2015 a 2018. Tem ido além dos membros do CONTURES, atingindo algumas regiões turísticas, contribuindo para ASpS, pois é necessária uma mudança na percepção e compreensão dos fatos. Isto é, esta mudança deve ir além do sujeito e se institucionalizar no grupo e nas unidades sociais para que a aprendizagem possa ocorrer, provocando de fato, a mudança de atitude (REED et al., 2010). A ideia do aprender juntos para gerenciar juntos (RIDDER; MOSTERT; WOLTERS, 2005), ou seja, a atividade turística no estado do Espírito Santo.

Contudo, este processo de aprendizagem social top-down, que já fora deflagrado de forma subjacente, desde a constituição do CONTURES em 2003, tem ocorrido de maneira muito lenta, sustentando-se em pequenas mudanças e vitórias. Desta forma, é necessário maior comprometimento dos atores sociais da cadeia de valor do turismo no estado do Espírito Santo para gerar práticas relacionais mais efetivas e que acelerem esse processo de aprendizagem social.

Em resumo, tem havido o reconhecimento de interdependência entre os atores sociais e a operacionalização dessa discussão e aglutinação desses atores é feita por meio do desenvolvimento de práticas relacionais, nas quais são compartilhadas as questões críticas para o turismo sustentável no ES. Como resultante, tem havido mudanças na compreensão dos fatos pelos atores envolvidos, que têm sido aplicadas nas unidades sociais, provocando o desenvolvimento de novas habilidades e conhecimentos.

Desta forma, este estudo contribui para a discussão do turismo sustentável por meio da Teoria de Aprendizagem Social para a Sustentabilidade (ASpS), trazendo novos insights para essa área do conhecimento em um país em

desenvolvimento. Nesse caso, essa teoria foi aplicada no sistema socioecológico de um conselho estadual de turismo para entender como ocorre as interdependências relacionais.

Por se tratar de um estudo qualitativo interpretativo, as generalizações podem estar comprometidas. Existem limitações outras como a composição heterogênea do conselho, as mudanças de contextos políticos e as características regionais que são permeadas por um amálgama de diversidade cultural. Por isso, como sugestões para estudos futuros, recomenda a extensão dessa pesquisa para outras regiões do Brasil, para fins de comparabilidade.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, G. B. J. **Aprendizagem social organizacional e sustentabilidade: A experiência de um programa empresarial de mulheres empreendedoras.** Universidade Presbiteriana Mackenzie. [S.l.]: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2015.

ANDER-EGG, A. **El trabajo social como acción.** Buenos Aires: [s.n.], 1976.

AVRITZER, L. A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate. In: PIRES, R. R. (Org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação.** Brasília: [s.n.], 2011. p. p.13-28.

BARRETTO, Margarita. **Planejamento e organização do turismo.** 7.ed. Campinas: Papirus, 2002

BAVA, S. **Democracia e participação: os sentidos da democracia e da participação.** São Paulo: A.C Teixeira, 2005.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**, SENAC, São Paulo. 1998.

BENI, M. C. (**Turismo: Planejamento Estratégico e Capacidade de Gestão: Desenvolvimento Regional e capacidade de Gestão e Clusters**. São Paulo: Manole, 2012. ISBN São Paulo: Manole, 2012.

BENI, Mario C et al (Org.). **Turismo Planejamento estratégico e capacidade de gestão**. São Paulo: Manole, 2012. 594 Brasil. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo -**

BLEGER, J. **Temas de psicologia: entrevista e grupos**. Tradução Rita Maria M. de Moraes. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

BRAMWELLL, B.; LANE, B. Critical research on the governance of tourism and, 2011. ISSN Critical research on the governance of tourism and.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas Públicas do Turismo. **Fóruns e Conselhos Estaduais de Turismo**. 2006. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/institucional/conselho-nacional-de-turismo/forum-conselho-estadual-de-turismo.html>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**, setembro 2004. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/programas_acoes_home/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_-_DIRETRIZES.pdf>. Acesso em: 15 setembro 2016.

BRASIL. **Plano Nacional de Turismo 2013- 2016**. Ministério do Turismo. Brasília. 2013. (BRASIL. Ministério do Turismo – Plano Nacional de Turismo 2013- 2016. Brasília,).

BRASIL. **Ministério do Turismo**, 2015. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/institucional/conselho-nacional-de-turismo/forum-conselho-estadual-de-turismo.html>>. Acesso em: 23 outubro 2016.

BROTO, V.; DEWBERRY, E. Economic crisis and social learning for the provision of public services in two Spanish municipalities. **Journal of Cleaner Production**, v. 112, p. 3018-3027, 2016.

BUDEANU. Sustainable Tourism: Progress Challenges and Opportunities: An Introduction. **Journal of Cleaner Production**, p. 285-294, 2016.

BURT, Ronald S. The network structure of social capital. Research in Organizational Behavior. pp. 345-423, 2000. Disponível em:

CARVALHO, I. **A invenção ecológica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

CORIOLOANO, Luzia Neide M.T. Turismo nos discursos, nas práticas e no combate a pobreza. Fortaleza: Annablume, 2006.

CRAPS, M., (Ed) **Social Learning in River Basin Management, Relatório de Projeto WP2** report do HarmoniCOP. 70p. 2003

COHEN, E. C. S. A. Current Sociological Theories and Issues in Tourism. **Annals of Tourism Research**, 2012. 2177-2202.

COOPER, C. **Turismo, princípios e prática. Org. Chris Cooper, John Fletcher, Stephen Wanhill, David Gilbert, Rebecca Shepherd; trad, Roberto Cataldo Costa.** Porto Alegre: Bookman, 2001.

COSTABEBER, J. A. **Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Río Grande do Sul, Brasil.** Córdoba: (Tese de Doutorado) Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidade de Córdoba, 1998.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNDILL, G. . S. S. . S. L. . N. M. . L.-S. H. B. . K. L. &. **Social learning for adaptation: A descriptive handbook for practitioners and action.** [S.l.]: University/Ruliv, 2014.

D'ANGELO, M. J.; BRUNSTEIN, J. Social learning for sustainability: supporting sustainable business in Brazil regarding multiple social actors, relationships and interests. **International Journal of Sustainable Development &World Ecology**, v.21, n.3, p. 273-289, 2014a.

DAROLT, M. R. **As Dimensões da Sustentabilidade:** Um estudo da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba-PR. Curitiba: Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento.310, Universidade Federal do Paraná/ParisVII, 2000.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Introdução:** a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.) O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DREDGE, Dianne. Networks, conflict and collaborative communities. 2006

DIAS; OMOTE. Entrevista em Educação Especial: aspectos metodológicos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Piracicaba, v. 3, p. 93-100, 1995.

DRUIM, R. V. Tourismscapes: an actor-network perspective. **Annals of Tourism Research**, v. 34, p. 961-976, 2007.

ESPÍRITO SANTO. Decreto nº 2626-S, de 22 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Conselho estadual de Turismo – CONTURES, no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEDETUR. Vitória, ES, 22 out. 2003.

ESPIRITO SANTO. Estado do Espírito Santo. Secretaria Estadual de Turismo. **Planejamento Estratégico do Planejamento Estratégico do Turismo do**

Espírito Turismo do Espírito Santo Santo 2015 2015. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Cida/OneDrive/MESTRADO/MINISTÉRIO DO TURISMO/plano estrategico 2015 _2018 (1).pdf>. Acesso em: 22 jan. 2017.

ESPÍRITO SANTO. Estado do Espírito Santo. Secretaria Estadual de Turismo. **Mapa das Regiões Turísticas do ES.** 2016. Disponível em: <<https://setur.es.gov.br/Noticia/conheca-o-novo-mapa-do-turismo-do-espirito-santo>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria Estadual de Turismo. Conselho Estadual de Turismo. **Atas da 36ª a 52ª Reuniões do Conselho Estadual de Turismo.** Vitória, 2012-2016.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria Estadual de Turismo. **Observatório do Turismo.** 2016. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/qualifica-es>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria Estadual de Turismo. **Site Institucional.** 2017. Disponível em: <<https://setur.es.gov.br/sobre-o-contures-2>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

FRATUCCI, Aguinaldo César. A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo./ Aguinaldo Cesar Fratucci. – Niterói : [s.n.], 2008. 308 f.

JACOBI, P.; GRANJA, S. **Construção de Consensos Gradativos e Aprendizagem Social como Estratégias Institucionais de Aprendizado em Bacias Hidrográficas.** 2006. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v20n02/v20n02_01.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2015.

JACOBI, Pedro Roberto; XAVIER, Luciana Yokoyama; MISATO, Marcelo Takashi (Org.). **Aprendizagem Social e Unidades de Conservação:** Aprender juntos para cuidar dos recursos naturais. 2013. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/gestao_participativa/MANUAL_APRENDIZAGEM.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

HALL, C. Michael. Rethinking collaboration and partnership: a public policy perspective. New Zealand: Journal of sustainable tourism. Vol. 7, Nos 3&4, 1999.

EDENSOR, T. Performing tourism, staging tourism. **Tourist Studies**, v. 1, p. 59-81, 2001.

ELKJAER, B. Em busca de uma teoria social de aprendizagem social. In: EASTERBY-SMITH, M.; BURGOYNE, J.; ARAUJO, L. (coord.). Aprendizagem organizacional de aprendizagem: desenvolvimento na teoria e na prática. São Paulo: Atlas, 2001. p. 100-118.

FARIA, C.; RIBEIRO, U. **Entre o legal e o real: o que dizem as variáveis institucionais sobre os conselhos municipais de políticas públicas: a dinâmica da participação local no Brasil**. Cortez, 2010. p. 57-92. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FLORES, J. F. **Análisis de datos cualitativos: aplicaciones a la investigación educativa**. Barcelona: PPU, 1994 p. 7-107.

GEPHART, R. P. Qualitative Research and the Academy of Management Journal. **Academy of Management Journal**, v. 47, p. 454-462., 2004. ISSN 4.

GLASSER, H. **Minding the gap: the role of social learning in linking our stated desire for a more sustainable world to our everyday actions and policies**. In:

WALS, A. Social Learning: towards a sustainable world. Wageningen, Holanda: Wageningen Academic Publishers, 2007.

HESSEN, J. **Teoria do Conhecimento**. 3. ed. Coimbra: Armenio Amado, 1964.

HUNTER, C. Sustainable tourism as a adaptive paradigm. **Annals of Tourism Research**, New York, v. 24, n. 4, p. 285-294, 2016.

HUNTER, J. On the need to reconceptualise sustainable tourism development. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 3, p. 155-165, 1995.

Kilvington (2010, p. 300)

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

LIU. Sustainable Tourism Development: A Critique. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 11, n. 6, p. 459-475, 2003.

LU, J.; NEPAL, S. K. Sustainable tourism research: an analysis of papers published in the Journal of Sustainable Tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 17, n. 1, p. 5-16, 2009. ISSN v. 17, n. 1, p. 5–16, 2009.

MADRUGA, L.; SILVA, T.. **Aprendizagem Social em Ambientes de Participação e Negociação Coletiva: Um Estudo de Caso na Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria/RS**. 2008. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-C2163.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

RIDDER, D.; Mostert, E.; Wolters, H. A. Learning together to manage together – improving participation in water management (Project 'Harmonising Collaborative Planning'). University of Osnabruck, Institute of Environmental Systems Research: Alemanha

MANZINI, E. J. **Formas de raciocínio apresentadas por adolescentes deficientes mentais: um estudo através de interações verbais**. Tese (doutorado). São Paulo: Instituto de Psicologia da USP, 1995.

MIELKE, E. J. C. . P. A. **Desenvolvimento Econômico e Social através do turismo**: interações entre atores sociais. Campo Mourão: Anais do I Encontro Paranaense de Pesquisadores em Hotelaria e Turismo, 2006.

MOESCH, M. M. **Epistemologia Social do Turismo. Tese (doutorado) da Escola de Comunicação e Arte da Universidade de São Paulo**. São Paulo: USP, 2012. p.52.

MOLINA, Sérgio. **Conceptualización del turismo**. México: Limusa, 2000.

MOLINA, E. S. **Turismo y ecologia**. 6. ed. México: Trilhas, 2000.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma – reformar o pensamento. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasi, 2003. p.128.

NOGUEIRA, O. **Pesquisa social**: introdução as suas técnicas. São Paulo: Nacional, 1968.

PAHL-WOST. Towards sustainability in the water sector: the importance of human actors and processes of social learning, São Paulo, v. 47, 2005.

PIRES, P. Dimensão político-institucional do turismo no Brasil. In: BENI, M. C. **Dimensão político-institucional do turismo no Brasil**. Barueri: Manole, 2012. Cap. 9, p. 181-193.

QUEIROZ, M. I. P. **Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva**. 2. ed. São Paulo: CERVE/FFLCH/USP, 1983.

REBOLLO, J. F. V. E. B. J. A. I. Measuring Sustainable in Mass Tourism.Destination: Preassures, Perceptions and Policy Responses in Torrevieja, Spain. **Journal of sustainable tourism**, v. 11, n. 2&3, 2003.

REED, M. S. Stakeholder participation for environmental management: a literature review. **Biological Conservation**, v. 141, p. 2417-2431, outubro 2008. ISSN Biological Conservation 141:2417-2431.

RIDDER, D.; Mostert, E.; Wolters, H. A. **Learning together to manage together – improving participation in water management** (Project 'Harmonising Collaborative Planning'). University of Osnabruck, Institute of Environmental Systems Research: Alemanha

RODELA, L. G. Uma abordagem didática no ensino superior sobre consumo consciente e produtos sustentáveis. **I Workshop de Ciências Ambientais UNESP**, Sorocaba, 2011. ISSN In: I Workshop de Ciências Ambientais UNESP Sorocaba.

RUSCHMANN, Dóris Van de Menne; SOLHA, Karina T. (Orgs.) **Planejamento turístico**. Barueri: Manole, 2006.

SEBRAE (Paraná). Ministério do Turismo. **Orientações Práticas às Instâncias de Governança de Turismo do Paraná**. 2009. Disponível em:

<<http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/CartilhaInstanciasdeGov.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3ª ed. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 1994. ISBN SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 1994.

SCOTT, D.; BECKEN, S. Adapting to climate change and climate policy: progress, problems and potentials. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 18, n. 3, p. 283-295, 2010. ISSN v. 18, n. 3, p. 283-295, 2010.

SHARPLEY, R. Tourism and Sustainable Development: Exploring the Theoretical Divide. **Journal of sustainable tourism**., v. 22, p. 9-10, 2002.

SOL, J. . B. P. J. & W. A. E. J. Social learning in regional innovation networks, 2013. ISSN Social learning in regional innovation networks.

SVEIBY, K. E. **A Nova Riqueza das Organizações: gerenciando e avaliando patrimônios de conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TACHIZAWA, T. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa: estratégias de negócios focada na realidade brasileira**. São Paulo: Atlas, 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNCTAD. UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **World investment report 2013 – Global value chain: trade and investment for development**, 2013. Disponível em: <http://unctad.org/en/Docs/ditctncd20065_en.pdf>. Acesso em: 21 outubro 2016.

UNEP. **Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication**. Disponível em< <http://www.unep.org/>> Acesso em 28 de outubro de 2016.

VAZ, A. **Participação política, efeitos e resultados em políticas públicas: notas críticoanalíticas**. Campinas: Opinião Pública, 2011. p.163-205.

WALS; RODELA. Social learning towards sustainability: Problematic, perspectives and promise. **NJAS - Wageningen Journal of Life Sciences**, junho 2014. 1-3.

WENGER, E. **Communities of practice: learning, meaning, and identity**. Nova York: Cambridge University Press, 1998.

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos conselheiros

FORMULÁRIOS GOOGLE

(https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScrpF_rxk5FgW0S3dTom0Tfv4SsZYJSv8qbFNM80RMFcZZ8EQ/viewform)

Aprendizagem Social para a Sustentabilidade no Conselho Estadual de Turismo do ES

Prezado(a),

Este questionário integra pesquisa acadêmica de Mestrado (FUCAPE) e agradeço imensamente a sua colaboração.

Reforço o conceito para o Desenvolvimento do TURISMO SUSTENTÁVEL utilizado neste estudo:

"Atende às necessidades dos turistas presentes e dos destinos de acolhimento enquanto protege e valoriza as oportunidades para o futuro. Por isso, a gestão dos recursos por meio da satisfação das necessidades ECONÔMICAS, SOCIAIS e ESTÉTICAS, enquanto se mantém a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, diversidade biológica e sistemas de apoio à vida. (UNCTAD, 2007, p.1)

Muito obrigada e me comprometo com a seriedade, o comprometimento e a transparência deste trabalho para com o conselho de turismo e a sociedade.

Maria Aparecida Javarini

* Required

1. Nome do Entrevistado (O nome não será divulgado na pesquisa) *

Your answer:

2. Idade *

- ☐ Até 20 anos
- ☐ de 21 a 40 anos
- ☐ de 41 a 50 anos
- ☐ Acima de 50 anos

3. Nome da entidade que representa no conselho: (Você também poderá responder se houver notório saber para a atividade turística e efetiva militância junto ao conselho) *

3. Nome da entidade que representa no conselho:(Você também poderá responder se houver notório saber para a atividade turística e efetiva militância junto ao conselho) *

Your answer

4. Cargo atual que ocupa na Entidade (legitima a sua participação no conselho): *

Your answer

5. Tempo de representatividade na entidade: *

- ☐ de um a cinco anos
- ☐ de 06 a 10 anos
- ☐ de 11 a 13 anos
- ☐ desde que este conselho foi criado, em 2003.

6. Qual é o papel de sua entidade no conselho de turismo? *

Your answer

7. Quais têm sido as principais DIFICULDADES e ou BENEFÍCIOS do CONTURES para se chegar a um consenso no tocante à promoção de um turismo sustentável no ES? *

Your answer

8. Qual tem sido o aprendizado do CONTURES ao longo desses anos para promover o Turismo Sustentável? *

Your answer

Muito obrigada por dedicar um pouco de seu tempo valorando a atividade turística de nosso estado.

Observação: Talvez haja a necessidade de informações complementares e gostaria de contar com você. Podemos nos comunicar também por telefone, e-mail, skype ou pessoalmente. Saudações Turística e todo o meu apreço.

SUBMIT

Page 1 of 1

Never submit passwords through Google Forms.

ANEXO A – Conselho estadual de Turismo - CONTURES



CODESA Companhia Docas do Espírito Santo	Titular	Raquel de Moura Barbosa Guimarães	rguimaraes@codesa.gov.br barbosaraquel@gmail.com	Av. Getúlio Vargas, nº. 556 Centro - Vitória / ES CEP: 29020-030
	Suplente	Denise da Silva Lascosque	dilascosque@codesa.gov.br	Av. Getúlio Vargas, nº. 556 Centro - Vitória / ES CEP: 29020-030
SETPES Sindicato dos Transportes Público do Estado do Espírito Santo	Titular	Heber Guimarães Sobrinho	heber@marlimazuturismo.com.br goreti@setpes.org.br	Rod. BR 101 - km 262, s/n Laranjeiras Velha - Serra / ES CEP: 29165-681
	Suplente	Jaime Carlos De Angeli	deangeli@setpes.org.br	Rua: Constante Sodré, nº 265 Santa Lucia - Vitória / ES CEP: 29055-420
SINDHOTÉIS Sindicato de Hotéis e Hospedagem do Estado do Espírito Santo	Titular	Marco Antônio Cyprestes Azevedo	sindhoteis.es@gmail.com sindhoteis@gmail.com joabranes@gmail.com	Rua: José Farias, 98, Ed. Plena Center - Sala 703 Santa Lucia - Vitória / ES CEP: 29045-430
	Suplente	Renato Luiz Ojeda	grazielle@cphotel.com.br secretaria@abih-es.com.br presidencia@abih-es.com.br rojeda@redebristol.com.br	Rua: Misael Pedreira da Silva, 138, Edifício Casa do Comércio - Sala 505 Santa Lucia - Vitória / ES CEP: 29.056-230
ABAV / ES Associação Brasileira de Agências de Viagens do Estado do Espírito Santo	Titular	Teresina Stange	presidencia@abaves.com.br terezastange@yahoo.com.br	Rua: Dr. Eurico de Aguiar, 130 - Ed. Blue Chip - Sobreloja Praia do Canto - Vitória / ES CEP: 29055-280
	Suplente	Romildo Rodrigues	sindetur.vix@terra.com.br romildo@sinetur.com.br	Av. Leão da Silva, 705/304 - Santa Lucia - Vitória - ES - CEP: 29045-200
ABRAJET / ES Associação Brasileira de Jornaistas de Turismo do Estado do Espírito Santo	Titular	Itamar Gurgel	itamargurgel@hotmail.com	Rua João Batista Wernersbach, 22, Centro - Domingos Martins - ES CEP: 29260-000
	Suplente	Amilton Freixo de Brito	albritto@globo.com amiltonfbrito@gmail.com	Rua Graciano Neves, 99/1206 - Centro - Vitória - ES - CEP: 29015-330
SENAC Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	Titular	Dionísio Cortelezzi	direcao.regional@es.senac.br dcortelezzi@es.senac.br	Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 2077 - Bento Ferreira - Vitória - ES - CEP: 29020-625
	Suplente	Denise Rodrigues Cossetti	ephe.gerencia@es.senac.br denise.cossetti@gmail.com	Rua: Bráulio Macedo, 417 - Ilha do Boi - Vitória - ES - CEP: 29052-640

Página 3 de 6



Conselho Estadual de Turismo – CONTURES

Decreto Nº 452-S de 06 de maio de 2010

Composição em Janeiro de 2016

SETUR Secretaria de Estado de Turismo	Titular	José Sales Filho	j.sales@turismo.es.gov.br gabinete@turismo.es.gov.br	Rua Inácio Higinio, 1050 Centro Empresarial Praia da Costa – Torre Leste - 9º andar- Praia da Costa – Vila Velha – ES CEP : 29.101-435
	Suplente	Simone Carvalho Trancoso Modolo	simone.modolo@turismo.es.gov.br	Rua Inácio Higinio, 1050 Centro Empresarial Praia da Costa – Torre Leste - 9º andar- Praia da Costa – Vila Velha – ES CEP : 29.101-435
Região Turística Doce Terra Morena (Montanha; Mucurici; Pedro Canário; Pinheiros; Ponto Belo)	Titular	João Oliveira Junior		
	Suplente	Ednelson Alves Borges		
Região Turística Pedras, Pão e Mel (Água Doce do Norte; Barra de São Francisco; Boa Esperança; Ecoporanga; Nova Venécia; São Gabriel da Palha; Vila Pavão; Vila Valério)	Titular	Anderson Oliveira Sabino	anderson-logan@hotmail.com sectur.nv@hotmail.com	Rua Duanle, 57 - Bairro: Rótina - Nova Venécia - ES - CEP: 29.830-000
	Suplente	Dagriel Lacruz	culturaturismoeecoporanga@hotmail.com dagriel@gmail.com	AV. MILTON MOTA, 848, APT. 03 - CENTRO - ECOPORANGA - ES CEP: 29.850-000
Região Turística Doce Pontões Capixaba (Água Branca; Alto Rio Novo; Baixo Guandu; Colatina; Governador Lindenberg; Mantenedópolis; Marilândia; Pancas; São Domingos do Norte)	Titular	Solange Fernandes Moraes	adeturdoucepontoes@outlook.com	
	Suplente	Maria Gorete Denadal		
Região Turística do Verde e das Águas (Aracruz; Conceição da Barra; Ibirapu; Jaguaré; João Neiva; Linhares; Rio Bananal; São Mateus; Sooretama)	Titular	Andrea Blunck Salazar	salazarandrea@ig.com.br	Av. Isbertalina Barbosa Damiani, 1163 Guriri Sul 29945-450 – São Mateus - ES
	Suplente	Aloisio de Aguiar Bastos Júnior	guriribeach@gmail.com	Rua Horácio Barbosa Alves, 888 Guriri Norte CEP 29946-540 – São Mateus
Região Turística dos Imigrantes (Iguabaçu; Itarana; Santa Leopoldina; Santa Maria de Jetibá; Santa Teresa; São Roque do Canaã)	Titular	Zilé Ferreira Potratz	potratz@uol.com.br	RUA FLORENCIO AUGUSTO BERGER, 755 - Centro - SANTA MARIA DE JETIBA - ES CEP 29645000
	Suplente	Eduardo Salvato Salvi	salviato@gmail.com	Estrada Aparecidinha, Km. 2,5 - Centro - Santa Tereza - ES CEP: 29650.000

Página 1 de 6



Região Turística Montanhas Capixabas (Afonso Claudio; Brejetuba; Castelo; Conceição do Castelo; Domingos Martins; Laranja da Terra; Marechal Floriano; Vargem Alta; Venda Nova do Imigrante)	Titular	Valdeir Nunes dos Santos	valdeir@parquedochina.com.br; valdeir@hotelfazendachinapark.com.br	Rod BR 262, Km 72, Ribeirão dos Lagos – Domingos Martins – ES – CEP: 29260-000
	Suplente	Leandro Carnielli	leandro@carnielli.com.br	End. Rodovia Pedro Cola, km 02 Providência - Venda Nova do Imigrante / ES CEP: 29.375.000
	Suplente	Andréia Rosa	convention@montanhascapixabas.com andrea@montanhascapixabas.com	Av. Angelo Altoé, 886 - SI 22 Santa Cruz - Venda Nova do Imigrante / ES CEP: 29.375-000
Região Turística Metropolitana (Cariacica; Fundão; Guarapari; Serra; Viana; Vila Velha; Vitória)	Titular	Marcia Abrahão	marciaabrahao@viviavelha.es.gov.br	
	Suplente	Felipe Ramalhes Correa	frcorrea@vitoria.es.gov.br; feliperamaldes@gmail.com	
Região Turística dos Vales e do Café (Aplacá; Anílio Vivacqua; Bom Jesus do Norte; Cachoeiro de Itapemirim; Mimoso do Sul; Muqui)	Titular	Lionda Lima Marelli	liondamarelli@gerpos.com.br	Rua Edmundo Ramos, - Novo Parque - Cachoeiro de Itapemirim CEP: 29.309-040 - ES
	Suplente	Iná Abreu	regiaodovalesecafe@hotmail.com; ina.abreu@hotmail.com	Rua Eduvaldo Della Bela, nº 70 - Alto Monte Cristo - Cachoeiro de Itapemirim - CEP: 29.340-404 - ES
Região Turística da Costa e da Imigração (Alfredo Chaves; Anchieta; Iconha; Itapemirim; Maratáizes; Piúma; Presidente Kennedy; Rio Novo do Sul)	Titular	Roberto Fortunato Florin	robertoflorin@uol.com.br	Rua José Pateline, 910 – Centro 29240-000 – Alfredo Chaves - ES
	Suplente	Ludmila Dutra do Souto Gatti	ludmildg@hotmail.com	Rua da Matriz, n.62, Centro – Guarapari – CEP 29220-110 ES.
Região Turística do Caparaó (Alegre; Divino São Lourenço; Dorcas do Rio Preto; Guaçu; Itabira; Itabirama; Irup; Iuna; Jerônimo Monteiro; Muniz Freire; São José do Calçado)	Titular	Daiva Vieira Souza Ringuer	consorcioaparao@gmail.com daiva_ringuer@yahoo.com.br	Rua: Pedro Deps, 09 Centro - CEP: 29.380-000
	Suplente	Sandra Lucia Emerick de Oliveira		
INFRAERO Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária	Titular	João Marcos Coelho Gonçalves	joamarcos.br@infraero.gov.br	Av. Fernando Ferraz, 3800 Bairro Aeroporto – Vitória – ES CEP: 29075-920
	Suplente	Túlio Carleto de Almeida	talmeida.cresp@infraero.gov.br	Av. Fernando Ferraz, s/n Goiabeiras – Vitória / ES CEP: 29075-052

Página 2 de 6



SENAR Serviço Nacional de Aprendizagem Rural	Titular	Maria Tereza Praes Zaggo	terezaz@yahoo.com.br; terezazaggo@yahoo.com.br	Av. Nossa Senhora da Penha, 1495, Bloco A, 11º andar, Santa Lúcia – Vitória – ES – CEP: 29056-245
	Suplente	Thais Medela Tonani	thais.tonani@yahoo.com.br; thaismedela@bol.com.br	Av. Nossa Senhora da Penha, 1495, Bloco A, 11º andar, Santa Lúcia – Vitória – ES – CEP: 29056-245
BANDES / BANESTES (Instituições Financeiras Estaduais)	Titular	Everaldo Colodetti	cleomar_ferreira@bandes.com.br	Av. Princesa Isabel, nº. 054, 8º andar - Centro – Vitória / ES CEP: 29.010-906
	Suplente	Edson Francisco do Rosário	edsonrosario@banestes.com.br	Av. Princesa Isabel, nº. 574, Bloco B, 9º andar - Centro - Vitória / ES CEP: 29010-930
SINDEGTUR / ES Sindicato de Guias de Turismo do Estado do Espírito Santo	Titular	Hadson Nogueira	nosdah@hotmail.com	Av. Santa Leopoldina, 1200 – 1ª Etapa – Coqueiral de Itapirica – Vila Velha – ES – CEP 29102-901
	Suplente	Lucimar Souza Nunes Rodrigues	lucimarrodrigues@terra.com.br	Av. Raulinho Barbosa Santos, 1205 – Jardim Camburi – Vitória – ES – CEP: 29090-120
CONFENEN / ES Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino	Titular	Maria Aparecida Javarini	turismo@uvv.br; cidatur@hotmail.com	AVENIDA COMISSÁRIO JOSE DANTAS DE MELO, NÚMERO 21 – BOA VISTA - VILA VELHA - ES CEP: 29102920
	Suplente	Jefferson Cabral	jefferson.cabral@uvv.br jeffersoncabral@gmail.com	AVENIDA COMISSÁRIO JOSE DANTAS DE MELO, 21 - BOA VISTA - VILA VELHA - CEP: 29102920 - ES
ABBTUR / ES Associação Brasileira de Bachareis e Estudantes de Turismo	Titular	Berenice de Albuquerque Tavares	berenicebtavares@yahoo.com.br berenice.albuquerque@gmail.com	Rua Paraguai - 145 - Apartamento 301 - Jardim América - Cariacica-ES, CEP: 29140-190
	Suplente	Leonardo Lares		Rua Doutor Enico de Aguiar - 415 - ED. Otis - Conjunto Palos Verdes - Apartamento 804 - Praia do Canto - Vitória-ES, CEP: 29055-280
SINDBARES Sindicato dos Restaurantes, Bares e Similares do ES	Titular	Andréa Vieira Milhodo das Neves	andrea@sindbares.com.br sindbares@sindbares.com.br	Rua: Frederico Lagassa, 30 sala 201-206 Gungica – Vitória / ES CEP: 29046-050
	Suplente	Wilson Vettorazzo Calli	wilsonv@gmail.com wilsonv@terra.com.br	Rua: Frederico Lagassa, 30 sala 201-206 Gungica – Vitória / ES CEP: 29046-050
ABEOC / ES Associação Brasileira de Empresas Organizadoras de Eventos	Titular	Claudio Jose Assis Cardoso	abeoc.brasil.es@gmail.com comercial.viv@wincentraldeeventos.com.br	Rua Misael Pedreira da Silva – ed. Casa do Comércio, Sala 708, Praia do Sul – Vitória – ES - Cep: 29056-230
	Suplente	Roberta Dessaune Carlos Moura	abeoc.brasil.es@gmail.com roberta@premium.srv.br	Rua Misael Pedreira da Silva – ed. Casa do Comércio, Sala 708, Praia do Sul – Vitória – ES - Cep: 29056-230
ALES - Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo	Titular	Amaro Rocha Nascimento Neto	comissaoedeturismo@al.es.gov.br	Av. Américo Bualz, nº. 205 Enseada do Sua - Vitória / ES CEP: 29050-950
	Suplente			

Página 4 de 6



ESCVB Espírito Santo Convention & Visitors Bureau	Titular	Alfonso Silva	diretoria@esconvention.com.br alfonso@studiotbrasil.com.br presidencia@esconvention.com.br	Rua José Farias, 134 S 303 Ed. Medcenter - Santa Luzia - Vitória - ES CEP: 29045-340
	Suplente	Fabiano Ongaratto	diretoria@esconvention.com.br fabiano@grupominuano-es.com.br	Rua José Farias, 134 S 303 Ed. Medcenter - Santa Luzia - Vitória - ES CEP: 29045-340
SEBRAE / ES Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Micro Empresas do Espírito Santo	Titular	José Eugênio Vieira	jose.vieira@es.sebrae.com.br;	Av. Jerônimo Monteiro, 935 Centro - Vitória / ES CEP: 29.010-003
	Suplente	Renata Agostini Vescovi	renata.vescovi@es.sebrae.com.br	Av. Jerônimo Monteiro, 935 Centro - Vitória / ES CEP: 29.010-003
FINDES Federação das Indústrias do Espírito Santo	Titular	Lucas Izoton Vieira	lucas@cobradagua.com.br kalia@cobradagua.com.br	Av. Nossa Senhora da Penha, 2053, 3º andar Ed. FINDES Santa Luzia CEP: 29056-913 - Vitória / ES
	Suplente	Enildo Cardoso	enildo@alpeaturismo.com.br	Av. Nossa Senhora da Penha, 2053 3º andar Ed. FINDES Santa Luzia CEP: 29056-913 - Vitória / ES
FCDL / ES Federação das Câmaras dos Dirigentes Lojistas do Estado do Espírito Santo	Titular	Servulo Clermont Pivari de Silva	fcldes@fcldes.com.br servulo@dnaturismo.com.br	Rua Desembargador João Manoel de Carvalho, 190/402 - Barro Vermelho - Vitória - ES - CEP: 29057630
	Suplente	Ivana Nascimento Candido Tomaz	inc@uol.com.br; fcldes@fcldes.com.br	Av. Jerônimo Monteiro, 240/610 Centro - Vitória - ES - CEP: 29010.002
FETTHES Federação dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade do Estado do Espírito Santo	Titular	Odelirio Ribeiro dos Santos	odelirio@delirio@hotmail.com sintrahoteis@uol.com.br	Rua: Wilson Freitas, nº 281 Centro - Vitória / ES CEP: 29016-340
	Suplente	Paulo Nascimento	paulonascimento2006@hotmail.com sintrahoteis@uol.com.br	Rua: Wilson Freitas, nº 281 Centro - Vitória / ES CEP: 29016-340
CRA / ES Conselho Regional de Administração	Titular	Luciano Forrechi	forrechi@gmail.com; cra@cra.es.org.br	RUA PAULO BONINO, 668 - Bairro DO ECO - SANTA MARIA DE JETIBA - CEP: 29650-000 - ES
	Suplente	Alessandro Barreto de Prá	depra@depra.com.br	R LUDWIK MACAL 870 /502 ED DI CAVALCANTI - JARDIM DA PENHA - VITÓRIA - ES - 29.060-030
BNB / BB / CAIXA (Instituições Financeiras Federais)	Titular	Marcus Loureiral Neves	mineves@bnb.gov.br hiolanda@bnb.gov.br	Praça Pio XII, nº. 30 Centro - Vitória / ES CEP: 29.010-340
	Suplente	Luciano Moreira de Freitas	lmfreitas@bb.com.br	Praça Pio XII, nº 30, 8º andar - Centro - Vitória - ES - CEP: 29.010-340
	Suplente	José Carlos Cassoli	jose.cassoli@caixa.gov.br marionysia.costa@caixa.gov.br	Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 635, Ed. Corporate Office - 13º Andar Enseada do Suá - Vitória / ES CEP: 29.050-335
ABLA / ES Associação Brasileira de Locadoras de Automóveis	Titular	Márcio Castelo Branco Gonçalves	marcio@kingcar.com.br	Av. Fernando Ferrari, 3505 - Jabur 29072-260 - Vitória - ES
	Suplente	Edson Ganho	edson@carrozereforacar.com.br abla@abla.com.br	

Página 5 de 6



ABEAR Associação Brasileira de Empresas Aéreas	Titular			
	Suplente			
SESC / ES Serviço Social do Comércio	Titular	Marcelo Torres Bethônico	marcelobethonico@terra.com.br; gerenciaeventos@es.sesc.com.br; eventos@es.sesc.com.br	Praça Misael Pena, 54 Parque Moscoso - Vitória / ES CEP: 29018-300
	Suplente	Gulman Uchôa de Mendonça	diretoria@es.sesc.com.br	Praça Misael Pena, 54 Parque Moscoso - Vitória / ES CEP: 29018-300
AGROTURES Associação do Agroturismo do Estado do Espírito Santo	Titular	Maurício Magnago	mauricio@aliodospalmitos.com.br	Rod ES 165, Km 04, Alto Jucu - Domingos Martins - ES - CEP: 29278-000
	Suplente	Helina Cosmo Canai	helina@canaitures.com.br	Av. Angelo Alboe, 174 - Centro - Venda Nova do Imigrante - ES - CEP: 29375.000
UBRAFE União Brasileira dos Promotores de Feiras	Titular	Cecília Milanez Milaneze	flavia@milanezmilaneze.com.br ; cecilia@milanezmilaneze.com.br	Av. José Ratto, 1117 Bairro de Fátima - Serra / ES CEP: 29160-790
	Suplente	Ilson Milaneze	ilson@milanezmilaneze.com.br	Av. José Ratto, 1117 Bairro de Fátima - Serra / ES CEP: 29160-790
IRI Instituto Rota Imperial	Titular	Adenilson Alvez da Cruz	avemar@avemar.com.br ; avimarpremiados@uol.com.br	Rodovia br 262, km 105, Bananeiras Venda Nova do Imigrante - ES Cep: 29375000
	Suplente	Cezar Villar Mello	rotaimperial@fndes.org.br ; cvmello@fndes.org.br ; cvmello@gmail.com	Rua Abail do Amaral Camero, 84, apto 2205, torre nº1 - Enseada do Suá - Vitória - ES - Cep: 29.050-535
AMUNES Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo	Titular	Dalton Perim		
	Suplente	Eliane Tereza Grillo	amunes@amunes.org.br; eliane@amunes.org.br	Av. Princesa Isabel, 629 4º andar 29010-904 - Vitória - ES

ANEXO B – DECRETO Nº 2026 – S de 22 de outubro de 2003.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
CONSELHO ESTADUAL DE TURISMO

DECRETO Nº 2026-S, de 22 de outubro de 2003.

**DISPÕE SOBRE O CONSELHO
ESTADUAL DE TURISMO – CONTURES,
no âmbito da Secretaria de Estado de
Desenvolvimento Econômico e Turismo
– SEDETUR.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 91, inciso III, da Constituição Estadual, e considerando,

A necessidade da formulação de um Plano Estadual de Turismo que irá nortear as ações do setor, em consonância com o Plano Nacional de Turismo;

A necessidade da existência de um órgão consultivo, com a finalidade de fomentar o desenvolvimento sustentável da atividade turística no Estado;

A necessidade de integração do Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo, com as entidades e órgãos que compõem a cadeia produtiva do turismo e da sociedade civil;

A necessidade de fomentar a promoção e o desenvolvimento de projetos estratégicos, visando o incremento da atividade turística e da economia capixaba;

DECRETA:

Art. 1º Fica criado e incluído na estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEDETUR o **CONSELHO ESTADUAL DE TURISMO – CONTURES**, órgão colegiado, de caráter consultivo, em nível de direção superior.

Art. 2º São atribuições do CONTURES:

- I - assistir a SEDETUR na formulação de uma política de turismo para o Estado;
- II - participar da elaboração do Plano Estadual de Turístico;
- III - incentivar e promover o turismo no Estado;
- IV - estudar e propor medidas de difusão e amparo ao turismo no Estado do Espírito Santo;
- V - coordenar, acompanhar, avaliar e aprovar o desenvolvimento de ações voltadas para a municipalização do turismo no Estado;
- VI - manter intercâmbio permanente com outros conselhos de turismo;
- VII - opinar sobre matérias de interesse turístico que lhe sejam apresentadas;

Art. 3º O Conselho Estadual de Turismo será constituído por 29 (vinte e nove) conselheiros representativos dos setores e entidades a seguir:

- I – O Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo, seu Presidente;

- II – Federação dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade do Estado do Espírito Santo – FETTHEES;**
- III – Representante das Prefeituras da Região do Caparaó:** Alegre, Divino de São Lourenço, Dorcas do Rio Preto, Guaçu, Ibatiba, Ibitirama, Irupí, Iúna, Muniz Freire, São José do Calçado;
- IV – Representante das Prefeituras da Região Litoral Norte:** Aracruz, Conceição da Barra, Linhares, São Mateus, Rio Bananal, Jaguaré, Sooretama, Ibitiraçu, Pedro Canário, João Neiva;
- V – Representante das Prefeituras da Região Sul:** Anchieta, Bom Jesus do Norte, Itapemirim, Maratáizes, Piuma, Presidente Kennedy, Apiacá, Jerônimo Monteiro, Muqui, Mimoso do Sul, Cachoeiro de Itapemirim, Iconha, Altão Vivacqua, Rio Novo do Sul;
- VI – Representante das Prefeituras da Região Metropolitana:** Cariacica, Guarapari, Fundão, Serra, Viana, Vila Velha, Vitória;
- VII – Representante das Prefeituras da Região Centro Norte:** Mantenedópolis, Alto Rio Novo, Pancas, Águia Branca, São Gabriel da Palha, São Domingos do Norte, Vila Valério, Marilândia, Colatina, Governador Lindenberg, Baixo Guandu;
- VIII – Representante das Prefeituras da Região Norte:** Mucurici, Montanha, Ponto Belo, Pinheiros, Boa Esperança, Vila Pavão, Ecoporanga, Água Doce do Norte, Barra de São Francisco, Nova Venécia;
- IX – Representante das Prefeituras da Região Serrana:** Afonso Cláudio, Alfredo Chaves, Brejetuba, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Itaguaçu, Itarana, Laranja da Terra, Marechal Floriano, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa, Venda Nova do Imigrante, Vargem Alta, São Roque do Canaã, Castelo;
- X – Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO;**
- XI – Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA;**
- XII – Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Espírito Santo – SETPES;**
- XIII – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH/ES e Sindicato de Hotéis e Hospedagem do Estado do Espírito Santo – SINDHOTEIS;**
- XIV – Sindicato das Empresas de Turismo do Estado do Espírito Santo – SINDETUR e Associação Brasileira de Agências de Viagens do Estado do Espírito Santo – ABAVIES;**
- XV – Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo do Estado do Espírito Santo – ABRAJET/ES;**
- XVI – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC;**
- XVII – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR;**
- XVIII – Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo – BANDES;**

XIX - Sindicato de Guias de Turismo do Espírito Santo – SINDGTUR/ES;

XX - Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino - CONFENEN /ES;

XXI - Associação Brasileira de Bacharéis e Estudantes de Turismo – ABBTUR/ES;

XXII - Sindicato dos Bares e Restaurantes – SINDBARES;

XXIII - Associação Brasileira de Empresas Organizadoras de Eventos – ABEOC/ES;

XXIV - Assembleia Legislativa do Espírito Santo – Comissão de Turismo;

XXV - Espírito Santo Convention & Visitors Bureau – ESCVB;

XXVI - Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Micro Empresas do Espírito Santo – SEBRAE/ES;

XXVII - Federação das Indústrias do Espírito Santo – FINDES;

XXVIII - Federação das Câmaras dos Dirigentes Lojistas do Estado do Espírito Santo – FCDL-ES;

XXIX - Conselho Regional de Administração – CRA/ES;

Art. 4º Os setores e entidades com assento no Conselho indicarão, respectivamente, 02 (dois) representantes, sendo 01 (um) membro efetivo e 01 (um) membro suplente.

§ 1º - Cada Região mencionada nos incisos III a IX, do artigo 3º, de comum acordo, indicará 01 (um) membro efetivo e 01 (um) membro suplente, como representantes dos demais municípios, com mandatos renováveis a cada ano;

§ 2º - A entidade mencionada no inciso XX, do artigo 3º, indicará 01 (um) membro efetivo e 01 (um) membro suplente, representantes de instituições de nível superior em turismo e hotelaria;

§ 3º - As entidades mencionadas nos incisos XIII e XIV, do art. 3º, de comum acordo, indicarão 01 (um) membro efetivo e 01 (um) membro suplente, com mandato renovável a cada ano;

Art. 5º Os membros do Conselho serão nomeados e empossados pelo Governador do Estado e exercerão mandato de 02 (dois) anos prorrogáveis, de acordo com o interesse dos setores e entidades que representam, com exceção os incisos III a IX do art. 3º.

§ 1º - Nos casos de impedimento eventual do Conselheiro Titular será convocado o seu suplente.

§ 2º - Nos casos de impedimento definitivo ou de renúncia de qualquer dos Conselheiros, o Presidente solicitará nova indicação ao setor ou entidade representada no Conselho.

Art. 6º O Poder Executivo Estadual será representado pelo seu Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Presidente nato do Conselho, tendo como suplente o Subsecretário de Estado do Turismo.

Parágrafo único – Na ausência ou impedimentos do Presidente, a presidência do Conselho será exercida pelo seu suplente.

Art. 7º - O Conselho contará, também, com Conselheiros Convidados, representantes de organismos do setor público municipal, estadual e federal, terceiro setor e iniciativa privada.

Parágrafo único - Os Conselheiros Convidados serão indicados pelo Presidente do Conselho e participarão de reuniões em que a pauta contemple assuntos relacionados à sua área de atuação, sem direito a voto.

Art. 8º O Conselho, sempre que necessário, buscará apoio técnico e consultivo junto a Organização Mundial de Turismo - OMT, Ministério do Turismo - MTur e o Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR.

Art. 9º O Conselho realizará reunião ordinária trimestralmente, podendo o seu Presidente ou dois terços de seus membros convocar reuniões extraordinárias, sempre que se fizer necessário.

§ 1º - O Conselho reunir-se-á, em primeira convocação, com a metade mais um de seus membros; ou, não havendo "quorum", em segunda convocação, trinta minutos após, com os Conselheiros presentes.

§ 2º - As deliberações do Conselho deverão ser aprovadas pela maioria simples dos Conselheiros presentes.

§ 3º - Dependerá do voto de dois terços dos Conselheiros a proposição que implique em alteração do Regimento Interno do Conselho e a aprovação do Plano Estadual de Desenvolvimento Turístico do Espírito Santo.

§ 4º - Em caso de empate dos votos dos conselheiros, o desempate será feito pelo voto do Presidente do Conselho.

Art. 10º O Conselho poderá instituir Comissões Temáticas Provisórias ou Permanentes objetivando o estudo, a elaboração e a implementação de projetos e proposições que contribuam para a concretização de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento do Turismo.

Art. 11º A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo - SEDETUR proporcionará ao Conselho suporte técnico e administrativo.

Art. 12º O Conselho contará com uma Secretaria Executiva para apoio técnico e administrativo.

§ 1º - O Secretário Executivo será indicado pelo Presidente do Conselho dentro do quadro de servidores da Subsecretaria de Estado do Turismo.

Art. 13º Com base em proposta da sua Secretaria Executiva, o Conselho definirá o seu Regimento Interno, que deverá ser aprovado pela maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo Único - O Regimento Interno será encaminhado ao Governador do Estado pelo Presidente do Conselho para aprovação final através de Decreto.

Art. 14º Ficam revogados os Decretos: Nº 1072 - R, de 10 de setembro de 2002, que institui a nova composição do Comitê Estadual de Municipalização do Turismo do Estado do Espírito Santo; Nº 749-R, de 18 de junho de 2001, que dispõe sobre a criação de circuitos turísticos no Estado do Espírito Santo; Nº 1143-S, de 29 de maio de 2003, publicado no Diário Oficial de 30 de maio de 2003; e Nº 1548-S, de 23 de julho de 2003, publicado no Diário Oficial de 24 de julho de 2003.

Art. 15º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de maio de 2003.

Palácio Anchieta, em Vitória, aos 22 dias de outubro de 2003.

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

Vitória (ES), Sexta-feira, 07 de Maio de 2010

DECRETO Nº 452-S, DE 06 DE MAIO DE 2010.

Altera dispositivos do Decreto nº 2026-S/2003.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 91, inciso III, da Constituição Estadual, e o que consta do processo nº 48949450/2010,

DECRETA:

Art. 1º Os Arts. 3º, 4º e 5º do Decreto nº 2026-S/2003, alterado pelo Decreto nº 074-S/2006, passam a vigorar com as seguintes redações: "Art. 3º O Conselho Estadual de Turismo será constituído por 40 (quarenta) conselheiros representativos dos setores e entidades a seguir:

I. O Secretário de Estado de Turismo;

II. Representante da Região Turística Doce Terra Morena:

= Montanha, Mucurici, Pedro Canário, Pinheiros e Ponto Belo.

III. Representante da Região Turística das Pedras, Pão e Mel:

= Água Doce do Norte, Barra de São Francisco, Boa Esperança, Ecoporanga, Nova Venécia, São Gabriel da Palha, Vila Pavão e Vila Valério.

IV. Representante da Região Turística Doce Pontões Capixaba:

= Água Branca, Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Colatina, Governador Lindenberg, Mantenedópolis, Marilândia, Pancas e São Domingos do Norte.

V. Representante da Região Turística do Verde e das Águas:

= Anacruz, Conceição da Barra, Ibitirama, Jaguaré, João Neiva, Linhares, Rio Bananal, São Mateus, e Sooretama.

VI. Representante da Região Turística dos Imigrantes:

= Itaguaçu, Itarana, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresinha e São Roque do Canaã.

VII. Representante da Região Turística Montanhas Capixabas:

= Afonso Cláudio, Brejetuba, Castelo, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Laranja da Terra, Marechal Floriano, Vargem Alta e Venda Nova do Imigrante.

VIII. Representante da Região Turística Metropolitana:

= Cariacica, Guarani, Fundão, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória.

IX. Representante da Região Turística dos Vales e do Café:

= Apiaí, Atílio Vivacqua, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro de Itapemirim, Mimoso do Sul e Muqui.

X. Representante da Região Turística da Costa e da Imigração:

= Alfredo Chaves, Anchieta, Iaconina, Itapemirim, Maratãozinhos, Piuma, Presidente Kennedy e Rio Novo do Sul.

XI. Representante da Região Turística do Capangá:

= Alegre, Divino de São Lourenço, Dorcas do Rio Preto, Guacuí, Ibitiaba, Ibitirama, Irupé, Iúna, Jerônimo Monteiro, Muniz Freire, São José do Calçado.

XII. Empresa Brasileira de Infra-

Estrutura Aeroportuária - INFRAERO;

XIII. Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA;

XIV. Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Espírito Santo - SETPES;

XV. Associação Brasileira da Indústria de Hotéis - ABIH-ES e Sindicato de Hotéis e Meios de Hospedagem do Estado do Espírito Santo - SINDIHOTEL;

XVI. Associação Brasileira de Agências de Viagens - ABAV-ES e Sindicato das Empresas de Turismo no Estado do Espírito Santo - SINDETUR-ES;

XVII. Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo do Estado do Espírito Santo - ABRAJET-ES;

XVIII. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC-ES;

XIX. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR-ES;

XX. Instituições Financeiras Estaduais - BANDES e BANESTES;

XXI. Sindicato de Guias de Turismo do Espírito Santo - SINDEGTUR-ES;

XXII. Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino - CONFENEN-ES;

XXIII. Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo - ABSTUR-ES;

XXIV. Sindicato dos Restaurantes, Bares e Similares do Estado do Espírito Santo - SINDBARES;

XXV. Associação Brasileira de Empresas de Eventos - ABECE-ES;

XXVI. Assembleia Legislativa do Espírito Santo - Comissão de Turismo e Desporto;

XXVII. Espírito Santo Convention & Visitors Bureau - ESCVB;

XXVIII. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Espírito Santo - SEBRAE-ES;

XXIX. Federação das Indústrias do Espírito Santo - FINEDES;

XXX. Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Espírito Santo - FCDL-ES;

XXXI. Federação dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade do Estado do Espírito Santo - FETTHEES;

XXXII. Conselho Regional de Administração - CRA-ES;

XXXIII. Instituições Financeiras Federais - BANCO DO NORDESTE, CAIXA e BANCO DO BRASIL;

XXXIV. Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis - ABLA-ES;

XXXV. Sindicato Nacional das Empresas Aeroportuárias - SNEA;

XXXVI. Serviço Social do Comércio - SESC-ES;

XXXVII. Associação de Agroturismo do Estado do Espírito Santo - AGROTUR-ES;

XXXVIII. União Brasileira dos Promotores de Férias - UBRAFE;

XXXIX. Instituto Rota Imperial - IRI;

XL. Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo - AMUNES.

§ 1º A presidência do CONTUR-ES será exercida pelo Secretário de Estado de Turismo que será substituído nos impedimentos legais e eventuais pelo vice-presidente.

§ 2º O Vice-Presidente do CONTUR-ES será eleito pelos membros do conselho, escolhido entre os representantes da iniciativa privada." (N.R.)

"Art. 4º Os setores e entidades com assento no Conselho indicará, respectivamente, 02 (dois) representantes, sendo 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente.

§ 1º Cada Região Turística mencionada nos incisos II a XI, do artigo 3º, de comum acordo, indicará 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente, como representantes dos municípios que compõem a região, podendo representá-la, a instância de governança regional do turismo.

§ 2º A entidade mencionada no inciso XXII, do artigo 3º, indicará 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente, representantes de instituições de nível superior em turismo e hotelaria.

§ 3º As entidades mencionadas nos incisos XV e XVI, do art. 3º, de comum acordo, indicará 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente, com mandato renovável a cada ano.

§ 4º As entidades mencionadas no inciso XX, do art. 3º, de comum acordo, indicará 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente, com mandato renovável a cada ano.

§ 5º As entidades mencionadas nos incisos XXXIII, do art. 3º, de comum acordo, indicará 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente, com mandato renovável a cada seis meses." (N.R.)

"Art. 5º Os membros do Conselho serão nomeados e empossados pelo Secretário de Estado de Turismo e exercerão mandato de 02 (dois) anos prorrogáveis, de acordo com o interesse dos setores e entidades que representam, com exceção dos incisos II a XI, XV, XVI, XX e XXXIII do art. 3º.

§ 1º Nos casos de impedimento eventual do Conselheiro Titular, será convocado o seu suplente.

§ 2º Nos casos de impedimento definitivo ou de renúncia de qualquer dos Conselheiros, o Presidente solicitará nova indicação ao setor ou entidade representada no Conselho." (N.R.)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Anchieta, em Vitória, aos 06 dias de maio de 2010; 189º da Independência; 122º da República; e, 476º do Início da Colonização do Solo Espírito-santense.

PAULO CESAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

DECRETO Nº 453-S, DE 06 DE MAIO DE 2010.

Altera Decreto nº 1141-S/2003, relacionado ao Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 91, III, da Constituição Estadual e tendo em vista o que consta do processo nº 42871778/2008,

DECRETA:

Art. 1º O Art. 3º a 5º do Decreto 1141-S, de 29 de maio de 2003, publicado no Diário Oficial de 30 de maio de 2003 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O CONSEA/ES será constituído por 36 membros titulares, sendo 1/3 de representantes do Governo do Estado e 2/3 de representantes da sociedade civil organizada e igual número de suplentes." (N.R.).

"Art. 6º Os representantes da sociedade civil serão indicados pelo Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional do Espírito Santo / FOSAN-ES, contemplando:

I. instituições de ensino, 03 vagas;

II. conselhos de categorias profissionais, 03 vagas;

III. cooperativas e organizações de agricultores familiares, 03 vagas;

IV. representações dos trabalhadores urbanos e rurais, 02 vagas;

V. comércio, indústria e agricultura, 03 vagas;

VI. igrejas, 03 vagas;

VII. movimentos sociais organizados, 03 vagas;

VIII. entidades ligadas a pessoas com necessidades alimentares especiais, 01 vaga;

IX. entidades ligadas à situação de vulnerabilidade alimentar, 01 vaga;

X. movimentos de mulheres, 01 vaga;

XI. Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional, 01 vaga." (N.R.).

§ 1º (.....)

§ 2º (.....)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Anchieta, em Vitória, aos 06 dias de maio de 2010; 189º da Independência; 122º da República; e, 476º do Início da Colonização do Solo Espírito-santense.

PAULO CESAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

DECRETO Nº 454-S, DE 06 DE MAIO DE 2010.

Altera membro do Conselho Consultivo de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços de Energia

Alcoólicos Anônimos
3223-7268